GOVERNO DE Mato Grosso do Sul

Fazer bem feito para fazer dar certo.

VULNERABILIDADE SOCIAL NO MS

Pesquisa Socioassistencial
Resultados Preliminares

EDUARDO CORREA RIEDEL
Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

JOSÉ CARLOS BARBOSA
Vice-Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Patricia Elias Cozzolino de Oliveira
Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

Anderson Chadid Warpechowski
Secretário-Adjunto de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

Rodrigo Perez Ramos
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica

Ana Carolina Araujo Nardes
Secretária-Adjunta de Estado de Governo e Gestão Estratégica

Thaner Castro Nogueira
Secretário-Executivo de Gestão Estratégica e Municipalismo

Leandro Sauer
Superintendente de Inteligência de Dados

Mateus Boldrine Abrita
Coordenador de Estudos, Análise e Riscos Estratégicos

Claudioney de Matos Ramos
Coordenador de Dados e Informações

Moema Urquiza Assessora Especial - SEAD
Laucymara Ayala Ajala - SEAD

Bruna Ribeiro Diniz Campos
Endrew Jonathan Prigol Lopes Santana
Kemilly Mary de Souza Moraes
Leonel Solano Fonseca
Giorgia dos Santos Cara Vilela

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

VULNERABILIDADE SOCIAL NO MATO GROSSO DO SUL

Pesquisa Socioassistencial • Resultados Preliminares

Campo Grande-MS
2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

ANÁLISE DESCRITIVA DA PESQUISA SOCIOASSISTENCIAL 7

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL 26

A VULNERABILIDADE SOCIAL NO MATO GROSSO DO SUL 31

IVS, GASTOS E CAPACIDADE INSTALADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 38

CONSIDERAÇÕES FINAIS 42

MENSAGEM FINAL 43

APRESENTAÇÃO

Diante da necessidade de aprimoramento das políticas sociais e da ausência e/ou deficiência de uma completa base de dados e cadastros que efetivamente refletissem a realidade socioeconômica da população vulnerável nos municípios do Estado, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD) com apoio da Secretaria Executiva de Gestão Estratégica e Municipalismo (SEGEM/SEGOV), realizou a Pesquisa Socioassistencial em todo o território sul-mato-grossense, o que permitiu a construção de um diagnóstico socioassistencial, identificando de maneira mais pormenorizada — seja pelos próprios resultados da pesquisa, seja pelo cruzamento com outros bancos de dados já existentes, como o CadÚnico do Governo Federal e o Programa Mais Social — a realidade das famílias mais vulnerabilizadas do Estado e que, por razões multifatoriais, ainda permanecem invisíveis às políticas públicas intersetoriais.

Os bancos de dados utilizados, para seleção do grupo amostral, foram as residências cadastradas pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES) e pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL). Para seleção da amostra das residências a serem entrevistadas, foi utilizado o processo da amostra aleatória simples que consiste em selecionar as moradias completamente ao caso, garantindo que cada residência cadastrada no banco de dados tivesse a mesma probabilidade de fazer parte do grupo amostral. As Figuras 1, 2 e 3 apresentam a distribuição das entrevistas realizadas.

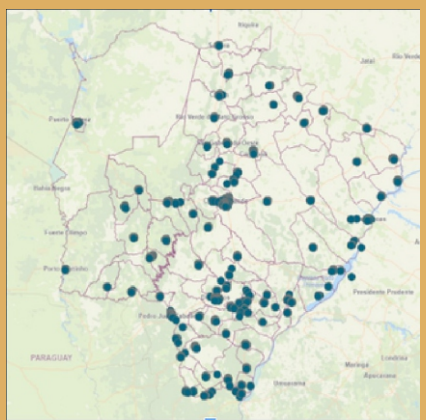


Figura 1 - Distribuição das entrevistas realizadas em Mato Grosso do Sul

Figura 2 - Distribuição das entrevistas realizadas em Glória de Dourados/MS

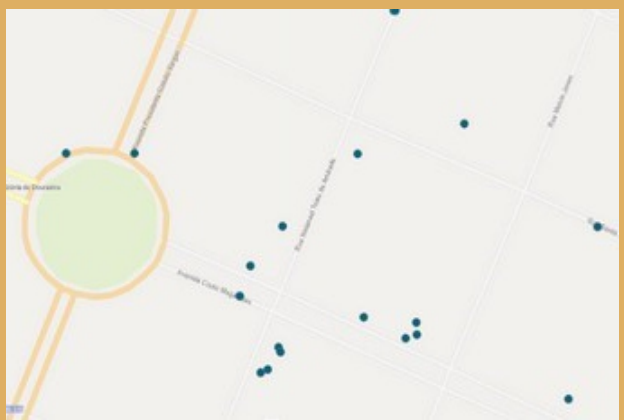


Figura 3 - Distribuição das entrevistas realizadas em um recorte de Glória de Dourados/MS

Os entrevistadores foram selecionados por meio de Processo Seletivo Simplificado para servidores públicos em todo o território sul-mato-grossense. Todos os selecionados participaram de uma capacitação no início do processo e foram equipados com um tablet e um crachá de identificação.

O questionário aplicado durante a pesquisa socioassistencial foi composto de até 75 questões, atingindo o número máximo de perguntas sempre que a pessoa responsável pela unidade familiar declarou-se indígena. Nesse caso, foram acrescidos questionamentos a respeito da composição da cesta de alimentos oferecida pelo Programa Mais Social às famílias residentes em aldeias rurais.

Crédito: SEAD

Crédito: SEAD

A entrevista foi direcionada à pessoa responsável pela Unidade Familiar, ou seja, aquela com maior rendimento no domicílio, com os questionamentos agrupados nos seguintes blocos:

- SOBRE VOCÊ;
- SOBRE SUA MORADIA;
- SOBRE AS PESSOAS QUE RESIDEM COM VOCÊ;
- SOBRE OS ESTUDOS;
- SOBRE SEU TRABALHO E RENDA;
- SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL;
- SOBRE VALORES E TEMAS QUE MAIS PREOCUPAM VOCÊ.

Ao total, 25.850 residências participaram da pesquisa, computando 87,6% das entrevistas previstas, sendo que, nesse cenário, a pesquisa garante um erro estimativo de 5% a 7% para os municípios e 1% para o Mato Grosso do Sul.

Análise Descritiva da Pesquisa Socioassistencial

Reduzir a vulnerabilidade social de determinada região é um desafio muito importante[1] e objeto de estudo e ação tanto da sociedade civil como do estado. Neste contexto, uma grande questão é justamente identificar adequadamente esta vulnerabilidade, bem como sua localização no território, o que pode contribuir sobremaneira com a atuação cirúrgica dos programas, projetos e ações para mitigar a vulnerabilidade.

A despeito de ter sido objeto de análise nos últimos anos, a expressão "vulnerabilidade social" ainda carece de uma definição única e consolidada na literatura. Esta lacuna é evidenciada pelo estudo de Prowse (2003), que investiga os diversos modos como essa categoria é empregada em uma série de artigos produzidos pelo Centre for Chronic Poverty, no Reino Unido.

Crédito: SEAD

Crédito: SEAD

O autor examina as implicações dessa multiplicidade de significados para a interpretação das análises apresentadas, assim como para o debate sobre a pobreza crônica. Conforme Prowse (2003), enquanto alguns trabalhos referem-se à vulnerabilidade como suscetibilidade à pobreza, outros a descrevem como um sintoma da pobreza. Há ainda aqueles que a concebem como uma das dimensões intrínsecas à própria pobreza.

A realização desta pesquisa de campo sobre a vulnerabilidade social em todos os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul foi de extrema importância pois permitirá embasar políticas públicas eficazes e direcionadas às reais necessidades da população. Esse levantamento permitiu uma compreensão aprofundada das condições socioeconômicas e das demandas específicas de cada região, proporcionando ao governo estadual dados precisos para a tomada de decisões estratégicas.

[1] Uma compreensão mais ampla de pobreza e vulnerabilidade no contexto global pode ser obtida em Sen (1999 e 2001).

Ao entender a vulnerabilidade social em detalhes, o governo poderá identificar áreas mais suscetíveis a desigualdades, carências em serviços básicos e fatores que contribuem para a exclusão social. Com base nessas informações, será possível direcionar recursos de maneira mais eficiente, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso, a pesquisa de campo permitiu uma abordagem mais inclusiva, envolvendo a participação ativa das comunidades locais no processo de diagnóstico. Isso fortalece a parceria entre o governo e a sociedade, promovendo uma gestão mais transparente e democrática.

De acordo com Costa et. al. (2018), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi concebido como uma métrica sintética complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), funcionando como um reflexo inverso ao IDHM ao identificar situações de vulnerabilidade social no território.

O IVS é uma medida sintética que varia de 0,000 a 1,000, sendo que valores próximos de 1,000 indicam níveis mais elevados de vulnerabilidade social. Esses indicadores foram categorizados em três dimensões: i) IVS-Infraestrutura Urbana: formado por 3 indicadores; ii) IVS-Capital Humano: contemplando 8 indicadores; iii) IVS-Renda e Trabalho: sendo composto por 5 indicadores.

Com o propósito de melhor compreender a vulnerabilidade social em seu território de atuação, a Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD) do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), em parceria com a Superintendência de Inteligência de Dados (SID) da Secretaria-executiva de Gestão Estratégica e Municipalismo (SEGEM/SEGOV), conduziu uma pesquisa de campo abrangendo todos os municípios do estado, visando avaliar o IVS para o ano de 2023.

Antes de analisarmos o IVS para o estado do Mato Grosso do Sul no ano de 2023, é importante destacar que a pesquisa foi muito além dos indicadores que compõem o IVS, portanto, na próxima seção apresentaremos algumas informações e análises relevantes que foram possibilitadas por conta do esforço de desenvolvimento desta pesquisa primária.

Estatísticas descritivas e fatos estilizados da pesquisa de campo além das variáveis do IVS

Na seção de metodologia, todas as questões do método foram esmiuçadas para melhor compreensão deste processo. Nesse sentido, este tópico apresentará

resultados importantes que foram evidenciados pela pesquisa, que vão além do IVS. Como foi apresentado, a estrutura da pesquisa foi dividida em blocos específicos de perguntas, como:

- Bloco 1 - Sobre você.
- Bloco 2 - Sobre sua moradia.
- Bloco 3 - Sobre as pessoas pessoas que residem com você.
- Bloco 4 - Sobre os estudos.
- Bloco 5 - Sobre seu trabalho e renda.
- Bloco 6 - Sobre a segurança alimentar e nutricional.
- Bloco 7 - Sobre valores e temas que mais preocupam você.

Esses blocos desempenham um papel crucial na obtenção de dados abrangentes e detalhados. Cada bloco aborda aspectos específicos que, em conjunto, proporcionam uma visão holística da realidade social em análise. O Bloco 1, ao focalizar a pessoa responsável pela unidade familiar, permite a coleta de informações sobre a estrutura familiar, suas responsabilidades e o perfil socioeconômico desse indivíduo. Esses dados são fundamentais para compreender a dinâmica familiar e as possíveis fontes de apoio ou desafios enfrentados.

O Bloco 2, voltado para a moradia, oferece evidências sobre as condições habitacionais, acesso a serviços básicos e infraestrutura. Esses aspectos são cruciais para identificar a qualidade de vida e as necessidades de melhorias nas condições de habitação. O Bloco 3, que se refere às pessoas, proporciona informações sobre a composição

Crédito: SEAD

familiar, incluindo número de membros, faixa etária e características demográficas. Esses dados são essenciais para entender a diversidade da população em análise.

O Bloco 4, sobre os estudos, aborda a educação, fornecendo informações sobre o acesso à escola, níveis de escolaridade e possíveis desafios educacionais enfrentados pelos entrevistados. O Bloco 5, relacionado ao trabalho e renda, permite avaliar as condições de emprego, renda familiar e a estabilidade financeira. Esses dados são cruciais para entender o panorama econômico e as oportunidades disponíveis para a comunidade. O Bloco 6, focado na segurança alimentar e nutricional, oferece informações sobre a disponibilidade de alimentos, acesso a uma dieta balanceada e possíveis vulnerabilidades relacionadas à nutrição.

Por fim, o Bloco 7, sobre os valores e temas que mais preocupam o entrevistado, proporciona uma compreensão mais profunda das preocupações subjetivas da comunidade, ajudando a direcionar ações e políticas que atendam às necessidades percebidas pela própria população. Assim, a inclusão desses blocos na pesquisa contribui para uma análise abrangente e detalhada da vulnerabilidade social, possibilitando a formulação de políticas públicas mais precisas e eficazes para atender às demandas específicas de cada comunidade. A seguir será abordada a questão referente à pessoa responsável pela unidade familiar.

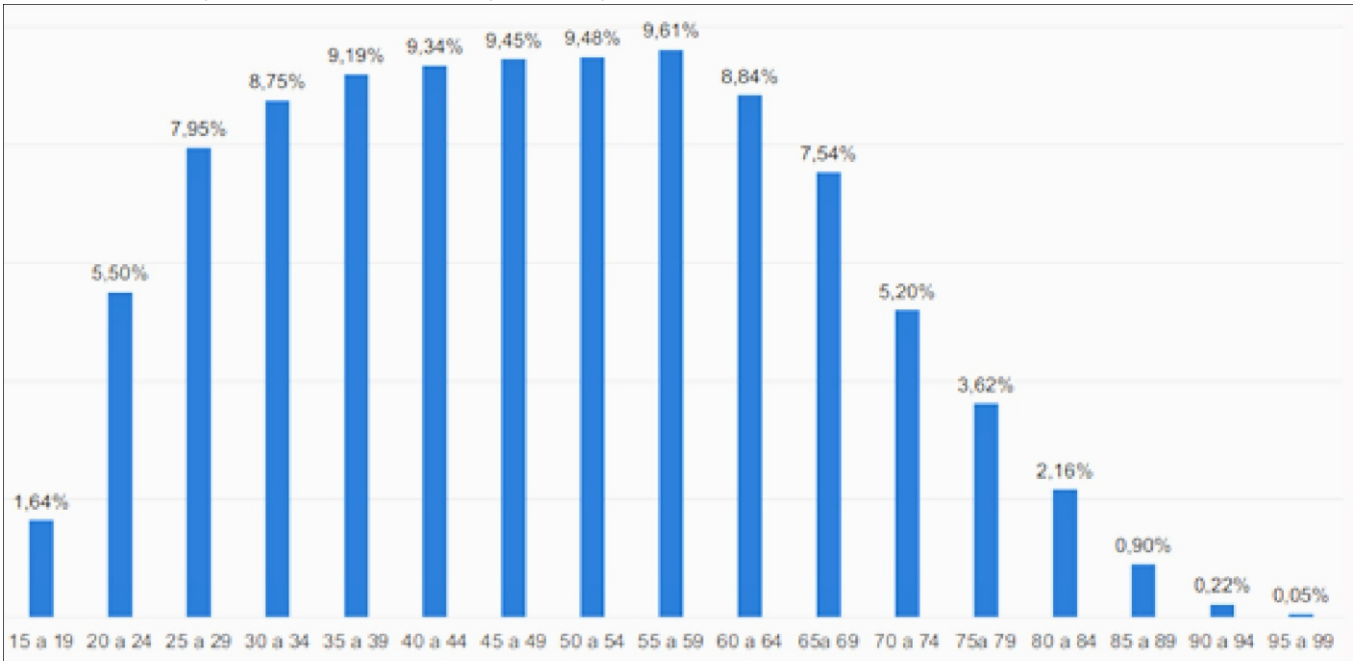
Bloco 1
Sobre Você

Saber a faixa etária da população é crucial para estudar a vulnerabilidade social por vários motivos. Compreender a distribuição etária ajuda a direcionar os recursos de maneira mais eficaz. A idade está diretamente relacionada à participação no mercado de trabalho. O desemprego ou subemprego em determinadas faixas etárias pode indicar vulnerabilidades sociais, como falta de oportunidades educacionais ou discriminação no mercado de trabalho. Diferentes grupos etários enfrentam desafios específicos em termos de saúde. Crianças podem estar mais suscetíveis a certas doenças, enquanto os idosos podem lidar com condições crônicas.

Compreender essas variações é crucial para desenvolver políticas de saúde pública eficazes. Portanto, analisar faixa etária é um indicador importante para entender as dinâmicas sociais, econômicas e de saúde em uma população. A análise desses dados é fundamental para desenvolver estratégias e políticas que visem reduzir a vulnerabilidade social em diferentes grupos ao longo da vida.

Por meio do gráfico 1 podemos verificar que a maioria dos responsáveis pela unidade familiar estão na faixa de idade entre 25 e 70 anos, como pode ser esperado.

Gráfico 1 - Principais faixas etárias do responsável pela unidade familiar



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Contudo, cabe destacar que em torno de 28,5% das residências possui como responsável pessoas acima de sessenta anos de idade. Outro fator relevante, refere-se a nacionalidade. Isso pode ser observado na tabela 1.

Por meio da tabela 1 podemos verificar que a grande maioria possui nacionalidade brasileira, ou seja, talvez nas regiões fronteiriças como Paraguai e Bolívia, a maioria das pessoas possua também a nacionalidade brasileira. Um ponto interessante é que, embora em número, significativamente reduzido, as nacionalidades venezuelana, haitiana e cubana aparecem na pesquisa em maior número que outros vizinhos mais próximos espacialmente. Também foram perguntadas a cor autodeclarada do responsável pela unidade familiar.

Tabela 1- Nacionalidade do responsável pela unidade familiar

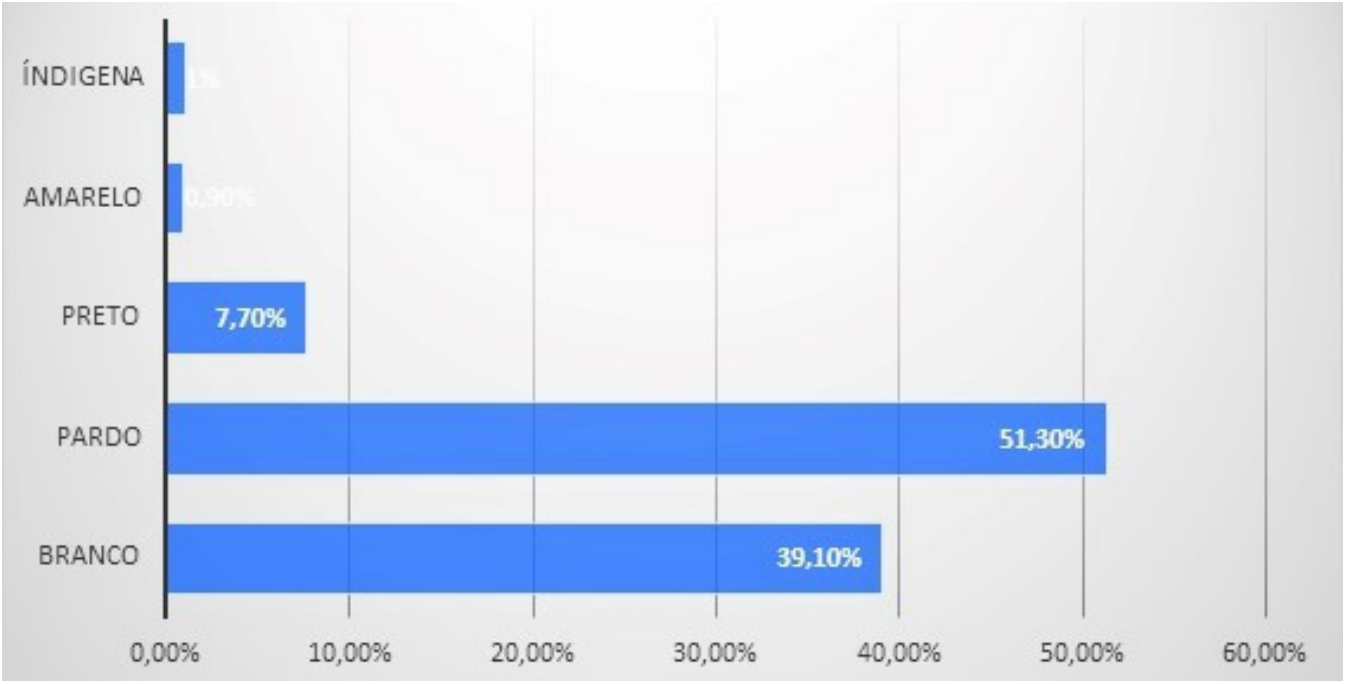
Nacionalidade	Percentual
Brasileira	99,49%
Paraguaia	0,31%
Venezuelana	0,12%
Cubana	0,01%
Haitiana	0,01%

Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Por meio do gráfico 2, podemos verificar que a maioria se autodeclara como pardo ou branco. 7,7% se autodeclararam pretos e 0,9% amarelos. Ainda analisando as questões sobre o responsável da unidade familiar, podemos verificar sobre os idiomas dominados.

A maioria domina a língua portuguesa, sendo quase 100%, e poucos dominam

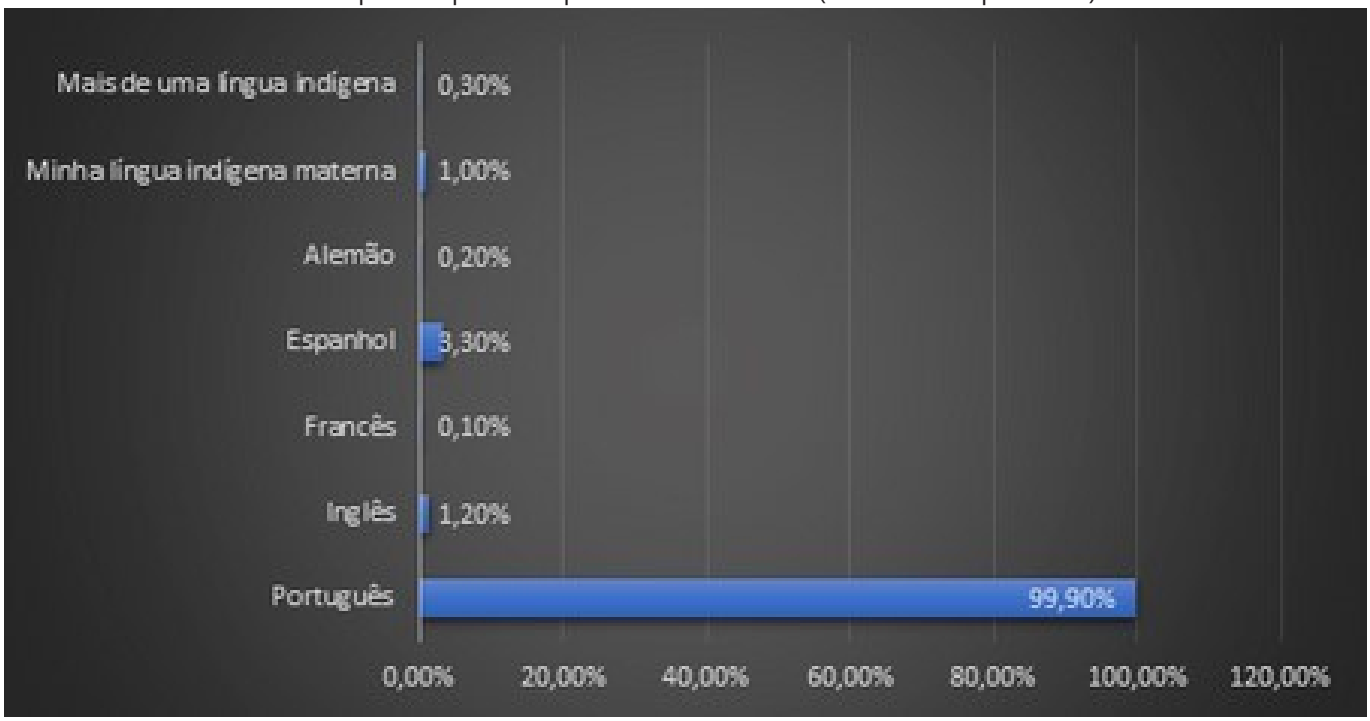
Gráfico 2 – Cor autodeclarada do responsável pela unidade familiar



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

outros idiomas, como espanhol que apenas 3,3% se declararam fluentes no idioma, mesmo o estado fazendo grandes fronteiras com países de língua espanhola. A língua indígena ficou ao redor de 1%.

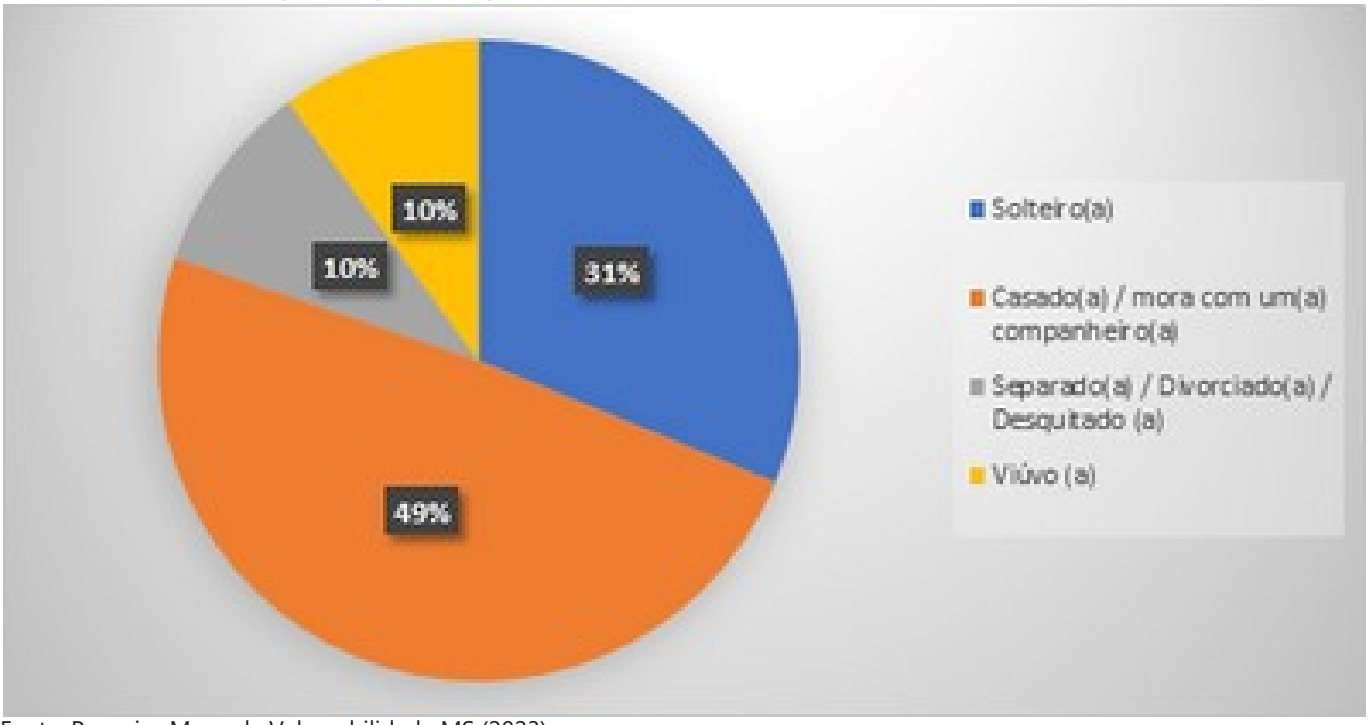
Gráfico 3 – Idioma dominado pelo responsável pela unidade familiar (soma maior que 100%)



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Em relação ao estado civil, pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Estado civil pelo responsável pela unidade familiar



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

A maioria se declarou solteiro ou casado, somando 80% dos casos. Portanto, o bloco 1 pode ser resumido da seguinte forma: a análise dos dados revela que a faixa etária predominante dos responsáveis pela unidade familiar está entre 25 e 70 anos, com destaque para cerca de 28,5% das residências lideradas por indivíduos acima de 60 anos.

Além disso, a nacionalidade brasileira é prevalente na maioria das residências, em relação à autodeclaração da cor, a maioria se identifica como pardo ou branco, com pequenas porcentagens de pretos e amarelos.

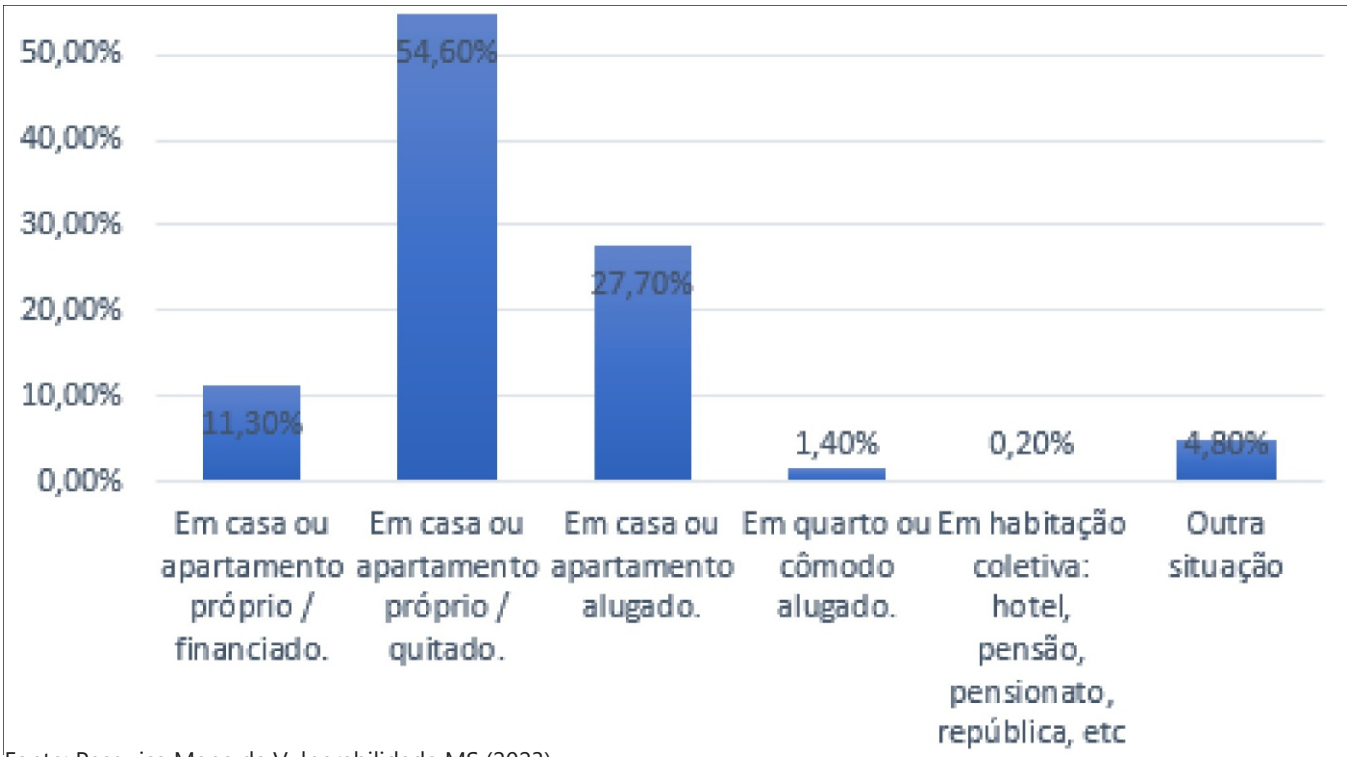
Quanto aos idiomas, quase 100% dominam o português, enquanto uma minoria é fluente em espanhol, apesar das fronteiras com países de língua espanhola. A língua indígena é mencionada por aproximadamente 1% dos entrevistados. No aspecto civil, a maioria se declara solteira ou casada, totalizando 80% dos casos. Na sequência, os aspectos mais relacionados a moradia, serão apresentados.

Bloco 2
Sobre sua moradia

O segundo bloco, que se concentra no aspecto residencial, apresenta dados que evidenciam as condições de moradia, a disponibilidade de serviços essenciais e a infraestrutura. Esses elementos desempe-

nham um papel crucial na avaliação da qualidade de vida e na identificação das áreas que demandam aprimoramentos nas condições habitacionais. A seguir, temos a situação da residência em termos de propriedade:

Gráfico 5 - "Situação" da moradia em que reside



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

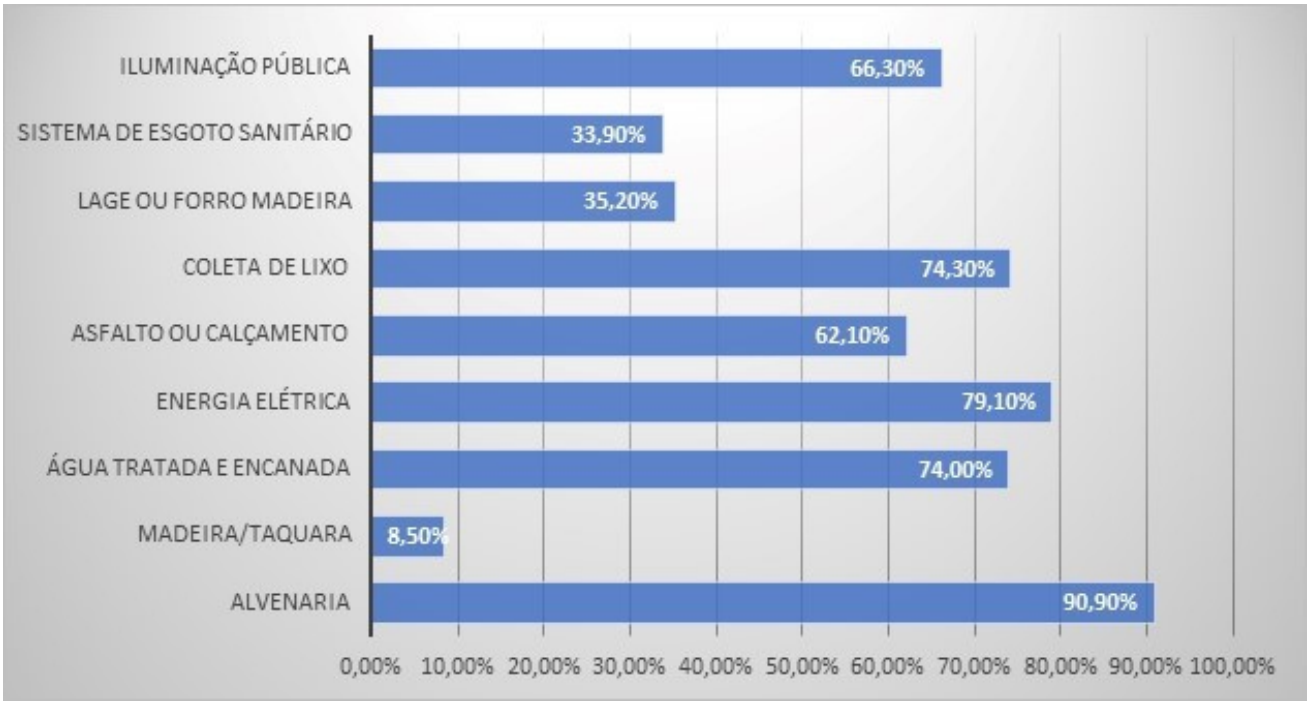
A grande maioria declarou que reside em imóvel próprio quitado. Em segundo lugar estão os residentes que habitam um imóvel alugado e, em terceiro lugar, ficam os imóveis financiados. Os dados revelam que 54,6% estão com imóvel quitado, ou seja, possuem o imóvel e 45,4% não são os detentores quitados do imóvel. A seguir, são apresentadas importantes informações sobre as condições da residência, bem como, do acesso aos serviços.

Uma questão muito importante é que uma parcela relevante declara não ter acesso ao esgotamento sanitário e iluminação pública. Ao mesmo tempo pode-se dizer que coleta de lixo, água tratada e iluminação pública ainda são desafios relevantes. A coleta regular de resíduos não apenas salvaguarda a estética urbana, mas também desempenha um papel essencial na mitigação de riscos sanitários e na preservação ambiental, evitando a contaminação de recursos naturais.

Paralelamente, a iluminação pública transcende seu propósito estético ao constituir um elemento fundamental na otimização da segurança urbana, desencorajando atividades ilícitas e facilitando a mobilidade, contribuindo, assim, para a eficiência operacional.

Simultaneamente, o acesso à água tratada não somente protege a saúde pública, prevenindo doenças de veiculação hídrica, mas também impulsiona o desenvolvimento humano, fornecendo condições sanitárias básicas e elevando a qualidade de vida.

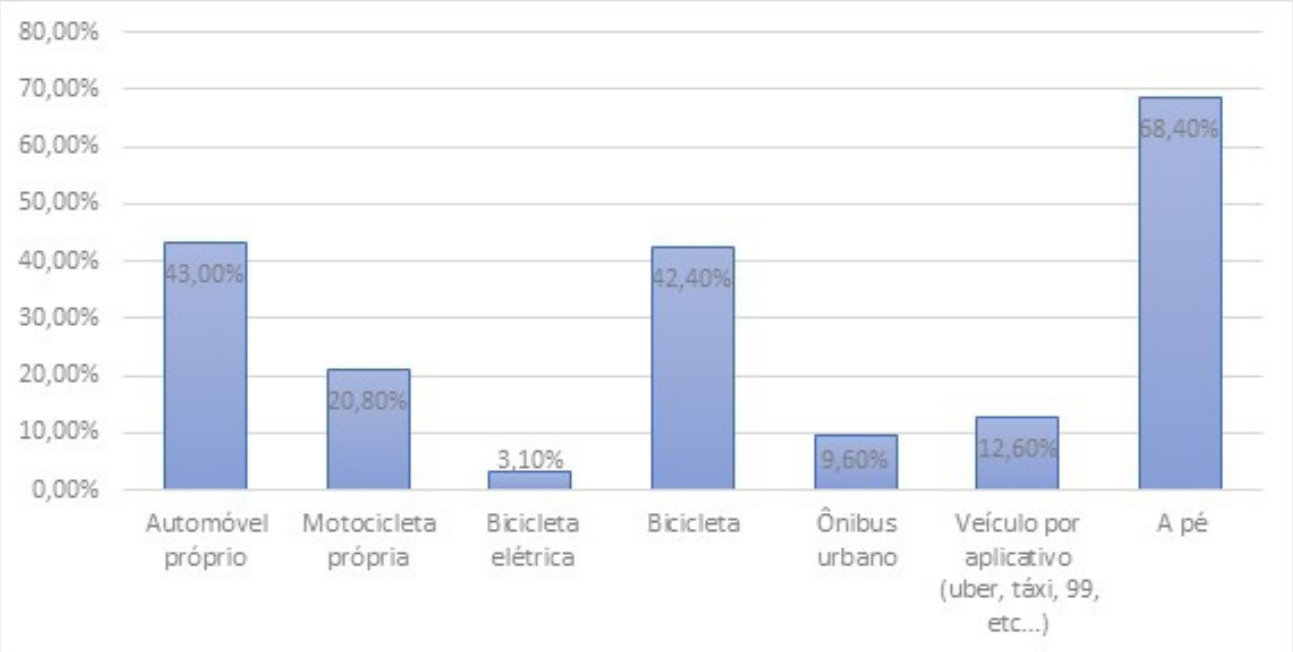
Gráfico 6 - Condições da residência (múltiplas escolhas, somam maior que 100%).



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Outro fator relevante do cotidiano é a forma como as pessoas se deslocam na cidade. A maioria declara que utiliza automóvel próprio, bicicleta ou se desloca ao trabalho a pé.

Gráfico 7 - Como você e sua família se deslocam até o trabalho? (Marque os 2 itens que mais utilizam como transporte)



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Ademais, aproximadamente sessenta e dois por cento gastam menos de trinta minutos com deslocamento ao trabalho e treze por cento entre trinta minutos e uma hora. Portanto, a maioria do deslocamento ao trabalho concentra na faixa de até uma hora, conforme ilustrado no gráfico 7.

Algumas outras informações importantes sobre as residências são: a maioria das casas tem apenas um banheiro interno (aproximadamente setenta e dois por cento) e em torno de nove por cento têm barras de segurança no banheiro. As residências possuem uma televisão em aproximadamente setenta e oito por cento. Além disso, o acesso à internet está em setenta e nove por cento das residências. No que se refere a sustentabilidade energética, aproximadamente seis por cento possuem placa fotovoltaica.

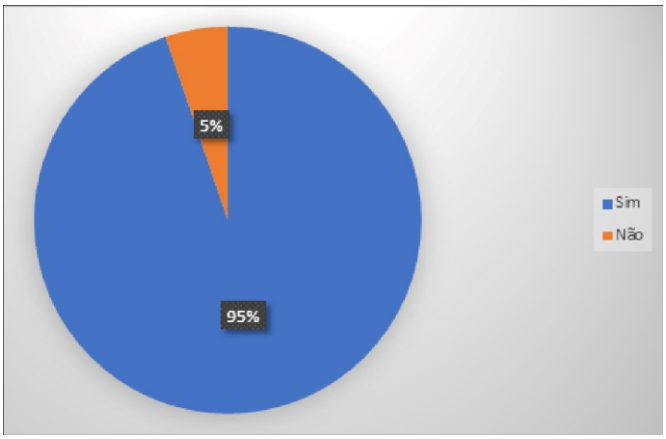
Bloco 3
Sobre as pessoas que residem com você

Este bloco aborda os aspectos individuais, e fornece dados relativos à estrutura familiar, abrangendo a contagem de membros, distribuição etária e características demográficas. Estas informações são cruciais para a compreensão da heterogeneidade da população no estudo.

O levantamento da pesquisa revela que em dezesseis por cento das residências, há a presença de uma pessoa idosa, enquanto em setenta e quatro por cento não há nenhuma pessoa idosa. No que diz respeito a pessoas com deficiência, o dado indica que em sete por cento das residências há pelo menos uma pessoa com tal condição. Notavelmente, a maioria das residências (oitenta e três por cento) que possuem idosos ou pessoas com deficiência não necessita de cuidados permanentes, indicando uma independência ou assistência adequada para atender às necessidades desses membros da família.

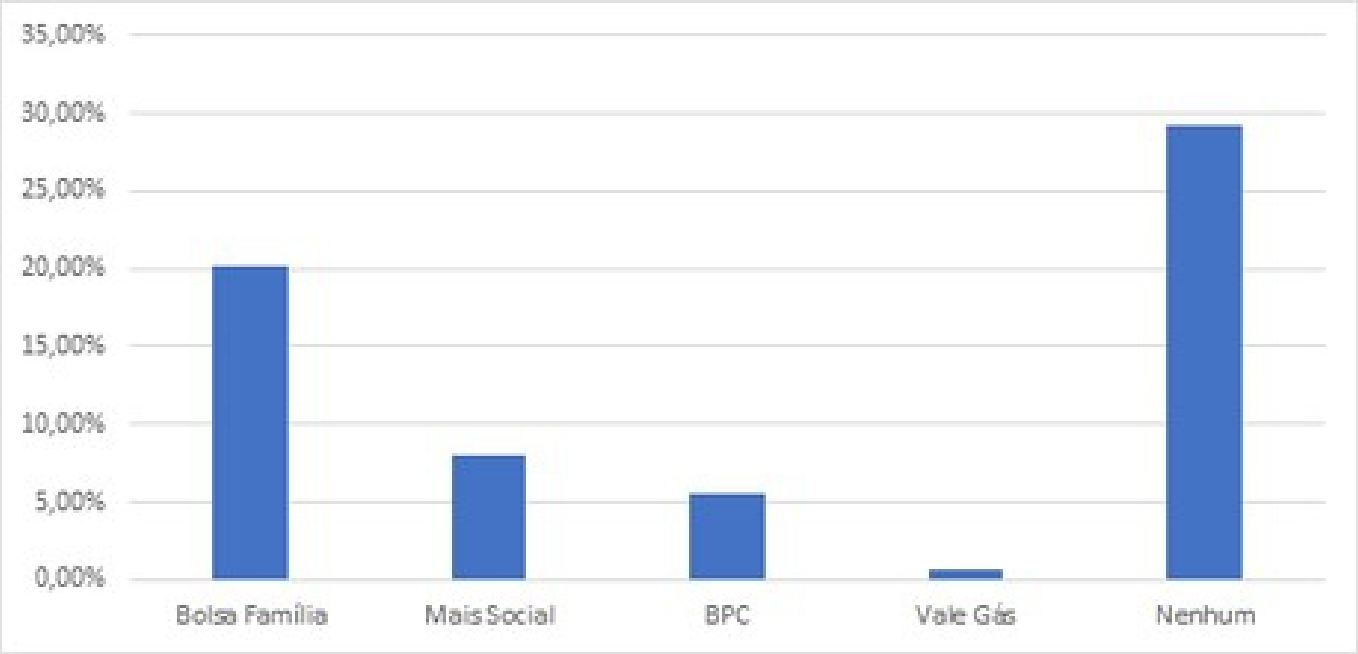
Essas informações demográficas fornecem um panorama valioso sobre a estrutura das residências, destacando aspectos relevantes para o planejamento e prestação de serviços, especialmente quando se trata de cuidados específicos para idosos e pessoas com deficiência. Compreender a presença e as necessidades desses grupos populacionais contribui para o desenvolvimento de políticas e programas que promovem o

Gráfico 8 - A família busca os serviços da rede do Sistema Único de Saúde – SUS



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Gráfico 9 - O entrevistado ou alguma pessoa que reside em sua residência é beneficiário(a) de Programa Social de Transferência de Renda?



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

bem-estar e a inclusão, garantindo que os recursos estejam alinhados com as demandas das comunidades.

Um dado bastante relevante é que quase a totalidade das residências possuem pessoas na família que buscam o Sistema Único de Saúde (SUS) de alguma forma. Isso reforça a necessidade do aperfeiçoamento constante destes serviços.

Já em relação aos programas sociais de transferência de renda o gráfico 9 revela informações importantes. A maioria declara que não utiliza nenhum programa de transferência de renda. Já algo em torno de vinte por cento utilizam o Bolsa família; oito por cento o programa estadual Mais Social e, algo em torno de seis por cento o Benefício de prestação continuada (BPC). Já o Vale Gás representa um público bem menor se comparado aos demais programas.

Em relação aos serviços disponíveis na rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), observa-se que trinta e oitos por cento das pessoas entrevistadas declaram que seus moradores utilizam algum tipo de assistência social. Dentre essas, dois por cento fazem uso do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e trinta e seis por cento do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), enquanto trinta e oito por cento não recorrem a nenhum serviço oferecido pela rede SUAS.

Esses dados enfatizam a importância de avaliar a eficácia e a adequação dos servi-

ços disponíveis no âmbito do SUAS, identificando possíveis lacunas ou áreas de melhoria. Além disso, destacam a necessidade de estratégias para aumentar a conscientização e o engajamento das comunidades em relação aos recursos e programas oferecidos pela Assistência Social, buscando garantir que todos que necessitam possam acessar e tirar proveito dos serviços disponíveis na Rede SUAS.

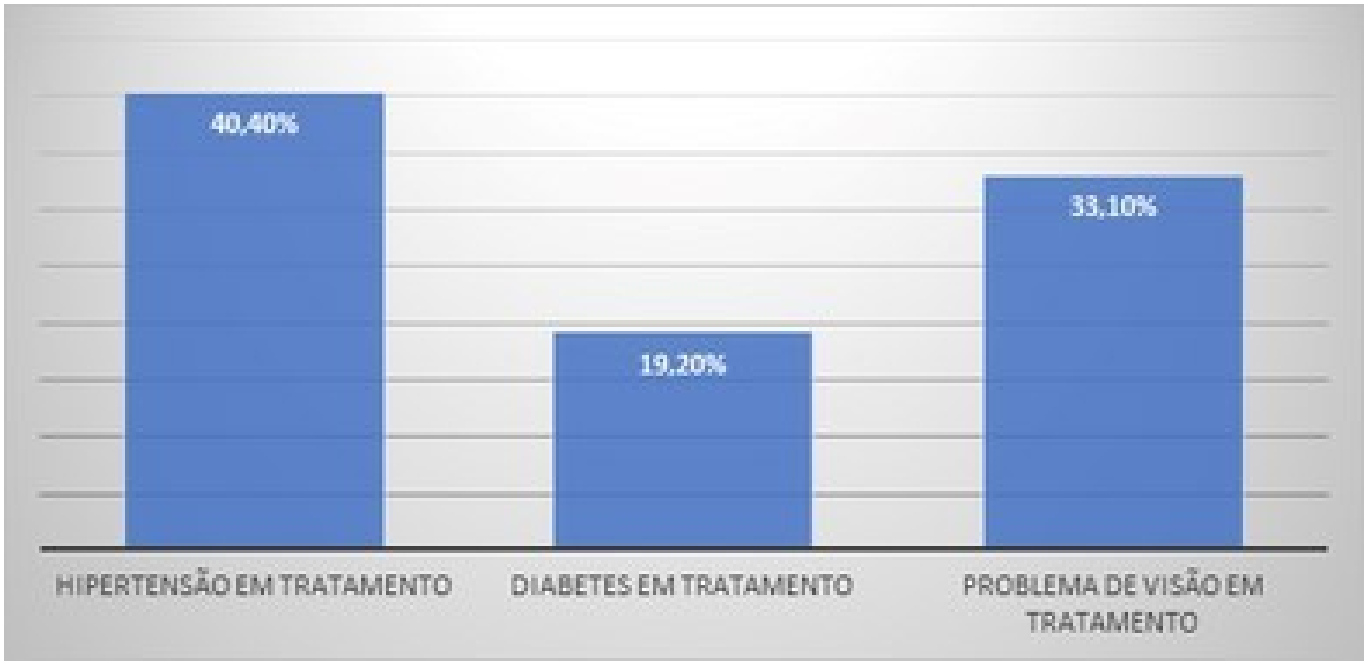
Em relação à saúde, verifica-se que existem pessoas com doenças crônicas presentes nas residências, mas a maioria declara que estas pessoas estão em tratamento. Hipertensão é o que mais aparece, seguido de problemas relacionados à visão e, por fim, diabetes de todos os tipos.

Bloco 4
Sobre os estudos

Como apresentado anteriormente o Bloco 4, dedicado aos estudos, constitui uma seção abrangente sobre a educação, oferecendo dados cruciais acerca do acesso à escola, níveis de escolaridade e eventuais desafios educacionais enfrentados pelos participantes da pesquisa. Ao abordar esses aspectos, o Bloco 4 proporciona insights valiosos para compreender o panorama educacional da amostra, permitindo a identificação de áreas que demandam atenção e intervenções específicas.

O acesso à educação é um indicador fundamental para o desenvolvimento social, e as informações contidas nesse bloco contribuem significativamente para a formulação de estratégias e políticas que visam melho-

Gráfico 10 - Questões de saúde que estão presentes nas residências



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

rar a equidade e a qualidade do sistema educacional para todos os participantes.

A pesquisa revela que vinte e três vírgula sete por cento dos chefes de família concluíram seus estudos até a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário), enquanto vinte e três por cento atingiram a 9ª série desse mesmo nível educacional (antigo ginásio). Adicionalmente, vinte e três vírgula nove por cento possuem o ensino médio (2º grau) incompleto. Ao examinar essas informações, destaca-se a importância de compreender a variação nos níveis de escolaridade, pois isso influencia diretamente não apenas as dinâmicas familiares, mas também as oportunidades de emprego e as perspectivas socioeconômicas.

A identificação desses padrões educacionais é crucial para o desenvolvimento de estratégias e políticas educacionais que visem à promoção da igualdade de acesso e oportunidades educacionais para todos os estratos da sociedade.

Outra informação importante é que o ensino médio é um grande desafio. Vinte e oito por cento declararam que a maior instrução de algum dos moradores da casa é o ensino médio incompleto. Por outro lado, noventa por cento das residências não tem nenhuma pessoa com mais de quinze anos que não sabem ler, nem escrever um bilhete simples.

Outros quase treze por cento possuem uma, duas, ou três pessoas que não estudam nem trabalham, mas destas, em torno de 9%, informaram estar procurando emprego.

Bloco 5
Sobre seu trabalho e renda

O Bloco 5, aborda temas relacionados ao emprego e renda e oferece a possibilidade de avaliar as condições ocupacionais, a renda familiar e a estabilidade financeira. Estas informações são fundamentais para uma compreensão mais aprofundada do cenário econômico e das oportunidades acessíveis à comunidade.

A maioria dos participantes está inserida predominantemente em dois setores, sendo treze vírgula dois por cento deles vinculados ao setor de serviços, que abrange comércio, bancos, transporte, hotelaria, oficinas elétricas, mecânicas, escolas, restaurantes, bares, entre outros. Adicionalmente, dez vírgula cinco por cento atuam como funcionários(as) públicos(as) em diversos níveis, englobando o poder executivo federal, estadual ou municipal, bem como o poder legislativo e judiciário em suas instâncias federal, estadual ou municipal.

Essas informações delineiam as principais áreas de emprego dos entrevistados, con-

tribuindo para uma análise abrangente das dinâmicas ocupacionais e do panorama profissional presente na amostra em estudo. Isso destaca a grande importância do setor de serviços para o trabalho no estado.

Outro ponto relevante é que apenas vinte e dois por cento declaram ter carteira assinada e outros quarenta e um por cento disseram que não existe balcão de emprego na sua cidade e outros dezesseis por cento, não conhecem esse tipo de serviço. Já em relação a renda, as informações estão na sequência.

Os dados revelam que a maioria da população declara que ganha até dois salários-mínimos. Outro dado importante é que noventa e cinco por cento tem renda familiar somada até seis mil e seiscentos reais. Ademais, quase setenta e cinco por cento da renda somada nas famílias ficam entre zero reais e dois mil seiscentos e quarenta reais.

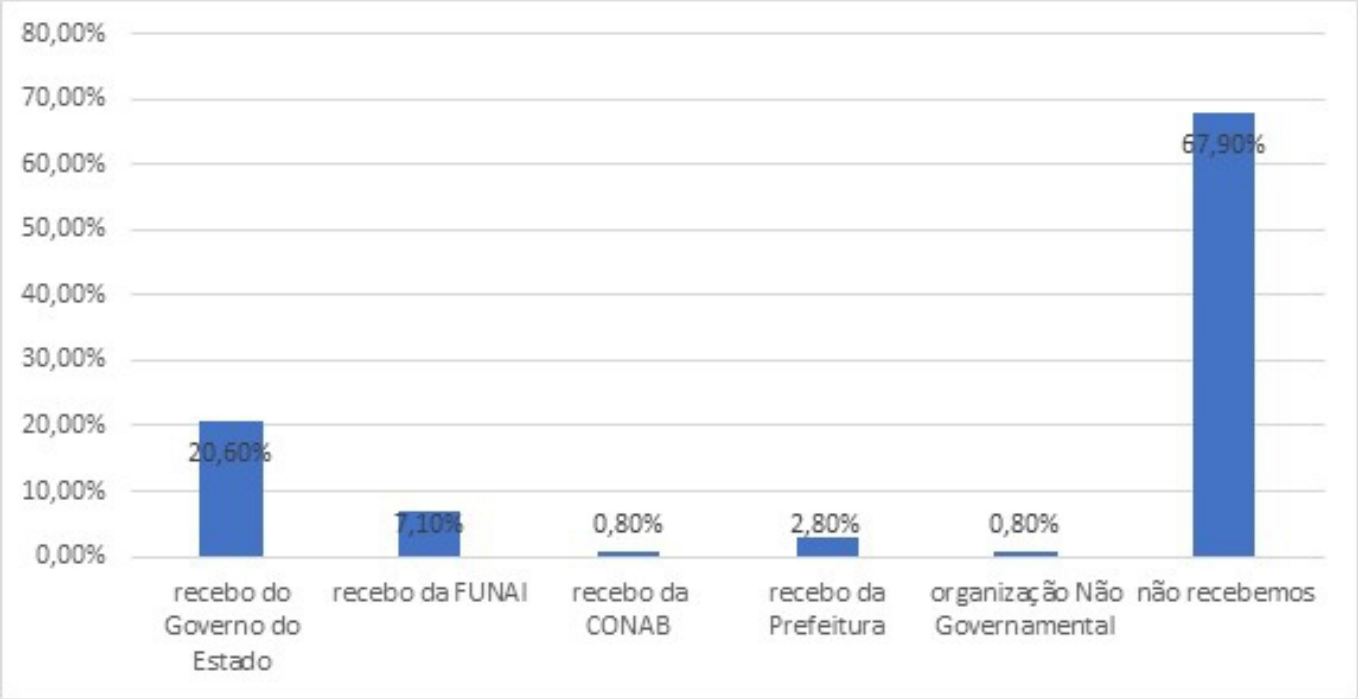
Bloco 6
Sobre a segurança alimentar e nutricional

Como apresentado anteriormente, o Bloco 6, centrado na segurança alimentar e nutricional, fornece dados referentes à oferta de alimentos, acesso a uma dieta equilibrada e potenciais fragilidades associadas à nutrição. É importante destacar que, excepcionalmente nesta seção, os dados ainda estão em caráter preliminar. As temáticas a seguir dizem respeito exclusivamente para quem se autodeclarou indígena.

Gráfico 11 - Somatório da renda familiar aproximada

Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Gráfico 12 - Membro da família no qual recebe cesta de alimentos mensalmente



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Importante destacar que a Pesquisa Socioassistencial aqui apresentada não abrangeu, durante a coleta das entrevistas, as comunidades indígenas situadas em área rural. Sendo assim, a autodeclaração "indígena" durante a entrevista refere-se a pessoas indígenas residentes em bairros ou, ainda, em aldeias indígenas localizadas espacialmente em território urbano, ainda que na periferia das cidades.

Outro dado relevante é que a entrega de cestas de alimentos pelo programa Mais Social do Governo do Estado ocorre, no momento da realização da pesquisa, apenas para as famílias indígenas residentes em aldeias de contexto rural. Mais especificamente, famílias indígenas que residem ininterruptamente em aldeias rurais, em áreas regularizadas, no Estado de Mato Grosso do Sul há pelo menos 2 (dois) anos. Por meio da análise dos dados, pode-se verificar que o governo do estado é o principal fornecedor de cestas de alimentos para os indígenas com mais de vinte por cento dos casos, entretanto a maioria de quase sessenta e oito por cento dos declarantes indígenas alega que não recebe mensamente nenhuma cesta de alimentos.

Considerando a população declarada indígena que recebem cesta alimentar mensalmente, as informações reveladas indicam que uma parcela significativa da população, representando setenta e dois vírgula oito por cento, expressa preferência por continuar recebendo diretamente a cesta de alimentos, composta por itens alimentícios. Contrapondo essa maioria, vinte e sete vírgula dois por cento dos

Crédito: agenciadenoticias.ms.gov.br - Monique Alves

participantes optam por receber o equivalente financeiro da cesta por meio de cartão-benefício.

Os dados revelam o padrão de consumo dos itens da cesta de alimentos ao longo de um mês, fornecendo informações sobre a durabilidade e a gestão desses recursos nas famílias indígenas entrevistadas que recebem cesta de alimentos.

Destaca-se que quatro vírgula nove por cento das famílias consomem todos os itens em um período de sete dias, equivalente a uma semana. A opção de 14 dias (2 semanas) foi a escolha da maioria, representando quarenta e cinco vírgula sete por cento, indicando que quase metade das famílias consome os alimentos ao longo de duas semanas. Adicionalmente, vinte e oito vírgula quatro por cento conseguem estender o consumo por 21 dias (3 semanas), enquanto dezenove vírgula oito por cento conseguem gerir os itens ao longo de todo o mês, totalizando 30 dias (4 semanas).

Notavelmente, uma parcela reduzida, de algo próximo de um por cento, relata conseguir estender o consumo por mais de 30 dias. Esses dados são cruciais para o desenho de estratégias que busquem promover a autonomia alimentar das famílias, levando em consideração suas práticas e preferências específicas.

Outro ponto importante é que ainda nas perguntas exclusivas aos que, se declaram indígenas, foram questionados sobre o cultivo de roça[2]. Quase treze por cento possui roça; enquanto quarenta e oito por cento disseram que não possuem, pois não tem espaço suficiente e vinte e sete não possuem, mas gostariam de ter. Quando a pergunta foi em relação a quanto a horta[3], as magnitudes variaram um pouco, mas as respostas ficaram alinhadas com a roça. Os principais alimentos mencionados entre os que conseguem cultivar são mandioca em cem por cento dos casos e abóbora em cinquenta por cento dos casos.

[2] Cultivo de produtos tais como: mandioca, milho, abóbora, melão, melancia, feijão de corda, batata (legumes e grãos em geral).
[3] Cultivo de hortaliças tais como: alface, couve, almeirão, temperos, cebolinha, salsinha, tomate, boldo, sálvia.

Bloco 7
Sobre valores e temas que mais preocupam você

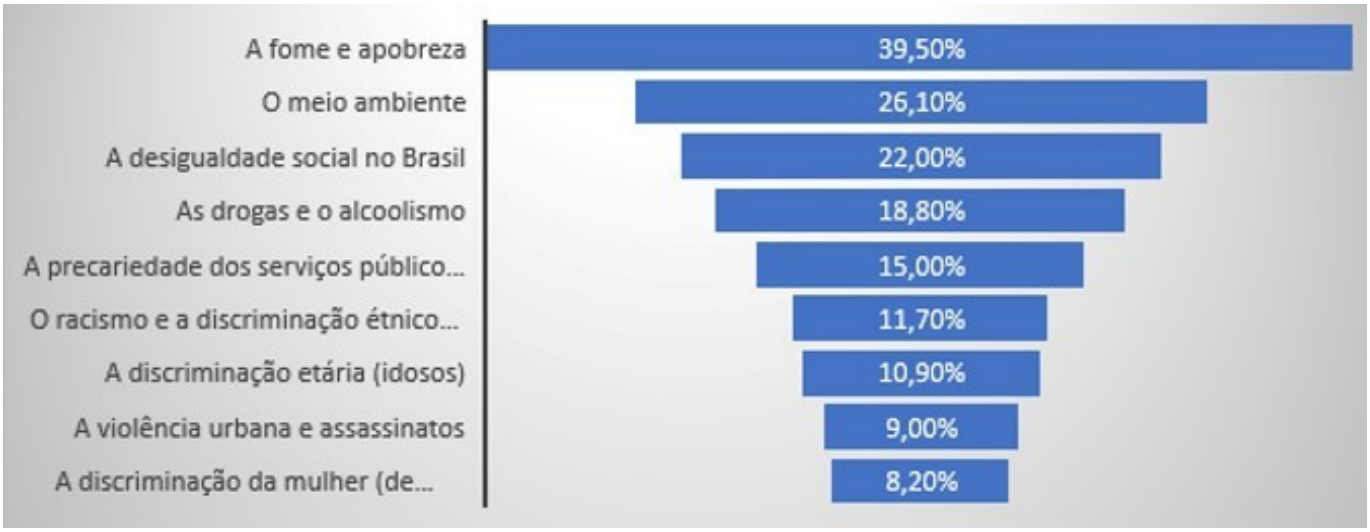
Por fim, o Bloco 7, dedicado aos valores e temas que mais preocupam os(as) entrevistados(as), desempenha um papel crucial ao proporcionar uma compreensão mais profunda das preocupações subjetivas da comunidade. Esse enfoque permite identificar as prioridades percebidas pela própria população, oferecendo dados relevantes para a formulação de ações e políticas que estejam alinhadas com as necessidades e anseios locais.

Os dados apresentados neste gráfico refletem as preocupações prioritárias da comunidade, oferecendo um panorama abrangente das questões que mais impactam a sociedade. Com uma expressiva porcentagem de trinta e nove vírgula cinquenta por cento, a fome e a pobreza emergem como uma preocupação central, destacando a urgência de abordar as necessidades básicas e garantir a segurança alimentar.

Crédito: agenciadenoticias.ms.gov.br - Arquivo SEAD

O meio ambiente figura como uma inquietação significativa, com vinte e seis vírgula dez por cento, indicando uma crescente sensibilidade para as questões ecológicas. A desigualdade social no Brasil, mencionada por vinte e dois por cento dos participantes, evidencia a importância de abordar

Gráfico 13 - Os dois elementos que são de maior preocupação atualmente



Fonte: Pesquisa Mapa da Vulnerabilidade MS (2023)

Crédito: agenciadenoticias.ms.gov.br-Fládima Christofari/Agraer

disparidades socioeconômicas para promover uma sociedade mais equitativa.

Além disso, temas como drogas, alcoolismo, precariedade nos serviços públicos de saúde, racismo, discriminação etária, violência urbana e discriminação de gênero também ocupam posições de destaque, ressaltando a complexidade e a interconexão dos desafios enfrentados pela comunidade.

Portanto, estes dados são essenciais para orientar políticas e ações que atendam de forma eficaz às preocupações percebidas pela população, promovendo assim um impacto positivo na qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

Crédito: agenciadenoticias.ms.gov.br - Bruno Rezende

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

A partir de um recorte dos dados gerado pela Pesquisa Socioassistencial, acrescido das taxas de mortalidade infantil da SES, foi construído o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Mato Grosso do Sul, bem como dos seus municípios. Embora exista outras experiências de construção de Índices de Vulnerabilidade Social, optou-se por utilizar o conceito de IVS baseado na metodologia aplicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA que "tem a pretensão de sinalizar a ausência ou a insuficiência de alguns ativos [...], os quais deveriam, em princípio, estar à disposição de todo cidadão por força da ação do Estado", ou seja, "o IVS surgiu como um índice sintético, que fosse complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, como um espelho invertido, definindo situações de vulnerabilidade social no território". Dessa forma, um grande objetivo deste índice é fornecer direcionamentos, para a tomada de decisão, aos gestores públicos de todas as esferas em relação à implantação e monitoramento de políticas públicas.

Destaca-se que, no estudo realizado pelo Ipea, fizeram a opção de utilizar a base de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que para o propósito de se obter indicadores para um recorte municipal tornava inviável o uso do banco da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Entretanto, alertaram que uma limitação dessa escolha era a periodicidade que essa base de dados é atualizada, reconhecendo a importância da possibilidade de ter atualizações mais recorrentes para esta escala territorial.

O IVS é composto pela média simples das suas três dimensões, Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho que englobam um total de dezesseis indicadores:

$$IVS = \frac{(IVS\ Infraestrutura\ Urbana + IVS\ Capital\ Humano + IVS\ Renda\ e\ Trabalho)}{3}$$

IVS Infraestrutura Urbana

Esta dimensão é composta por três indicadores que refletem sobre as condições de moradia e qualidade de vida das pessoas, tais como saneamento básico, coleta de lixo e o tempo de deslocamento, de ida e volta, para o trabalho. No quadro 1, são apresentados os indicadores utilizados, bem como o seu peso na composição da dimensão.

Quadro 1 - Indicadores e seus respectivos pesos que compõem subíndice IVS Infraestrutura Urbana

INDICADOR	PESO
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,300
Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	0,300
Percentual de pessoas chefes de família que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	0,400

Fonte: adaptado de Conf. IPEA, 2015, p. 14.

IVS Capital Humano

Nesta dimensão foram agrupadas informações referentes à composição familiar (quantos são os membros da família, idade, etc) assim como suas condições de saúde e acesso à educação. São, portanto, dados que refletem perspectivas de inclusão social dos indivíduos. No quadro 2, é possível observar os 8 indicadores utilizados, bem como seus respectivos pesos para composição dessa dimensão.

Quadro 2 - Indicadores e seus respectivos pesos que compõem subíndice IVS Capital Humano

INDICADOR	PESO
Mortalidade até um ano de idade	0,125
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	0,125
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	0,125
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	0,125
Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	0,125
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	0,125
Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	0,125
Percentual de pessoas de 15 anos ou mais que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	0,125

Fonte: adaptado de Conf. IPEA, 2015, p. 14.

IVS Renda e Trabalho

O subíndice Renda e Trabalho pretende retratar a presença de um estado de insegurança de renda, incorporando além da dados relativos a insuficiência de renda, fatores associados a desocupação de adultos, o trabalho informal entre os adultos com pouca escolaridade, a dependência da renda de idosos e a existência de atividade infantil remunerada. No quadro 3, detalha os indicadores que incorporam essa dimensão e seus pesos.

Quadro 3 - Indicadores e seus respectivos pesos que compõem subíndice IVS Renda e Trabalho

INDICADOR	PESO
Proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo	0,200
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	0,200
Percentual de domicílios com chefe de família de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	0,200
Percentual de pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos	0,200
Taxa de atividade remunerada das pessoas de 10 a 14 anos de idade	0,200

Fonte: adaptado de Conf. IPEA, 2015, p. 15.

Cálculo dos subíndices e do IVS Geral

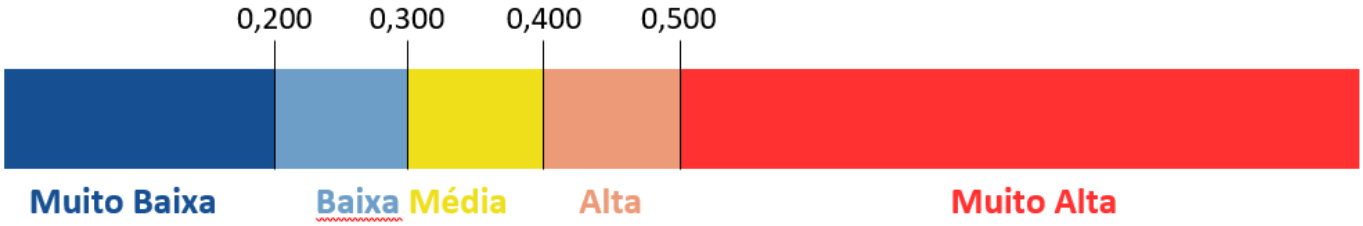
Para cada dimensão do IVS é atribuído um valor que varia de 0,000 a 1,000. Para obtenção desse valor, cada indicador é normalizado numa escala que varia entre 0 a 1, sendo 0 atribuído à situação ideal ou desejável, ou seja, com ausência de vulnerabilidade e 1 corresponde o valor que representa a pior situação. Na tabela 1, são apresentados os valores, definidos pelo estudo realizado pelo Ipea (2015), utilizados para a normalização.

A situação ideal, ou seja, ausência de vulnerabilidade, foi considerada aquela equivalente a 0% de casos indesejados. Já o valor de máxima vulnerabilidade, é estabelecido pela média dos indicadores municipais de todo o Brasil, relativos aos anos de 2000 e 2010, somado duas vezes os desvios-padrão desse indicador. Para os municípios que ultrapassem o valor estabelecido como máxima vulnerabilidade, foi atribuído o valor de 1.

Leitura do IVS

Para leitura, tanto do IVS Geral, quanto das suas dimensões, considera-se um município de muito baixa vulnerabilidade social aqueles que apresentam IVS entre 0 e 0,200. Entre 0,201 e 0,300 indica baixa vulnerabilidade social. Já entre 0,301 e 0,400, média vulnerabilidade social. Para

valores 0,401 e 0,500 é atribuída a classificação de alta vulnerabilidade social. E muito alta vulnerabilidade social para aqueles municípios com valores ente 0,500 e 1.



Fonte: adaptado de Conf. IPEA, 2015, p. 16.

Tabela 1 - Valores de referência da melhor situação (valor igual a 0,000) e pior situação (valor igual a 1,000) por indicador que compõem o IVS (Em %)

Indicador	Melhor Situação (0,000)	Pior Situação (1,000)
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,0	40,2
Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	0,0	50,5
Percentual de pessoas chefes de família que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	0,0	17,8
Mortalidade até um ano de idade	0,0	52,5
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	0,0	98,5
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	0,0	15,2
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	0,0	7,6
Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	0,0	35,5
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	0,0	42,1
Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	0,0	87,3
Percentual de pessoas de 15 anos ou mais que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, na população total dessa faixa etária	0,0	34,3
Proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo	0,0	100,0
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	0,0	18,0
Percentual de domicílios com chefe de família de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	0,0	89,9
Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos	0,0	10,5
Taxa de atividade remunerada das pessoas de 10 a 14 anos de idade	0,0	30,1

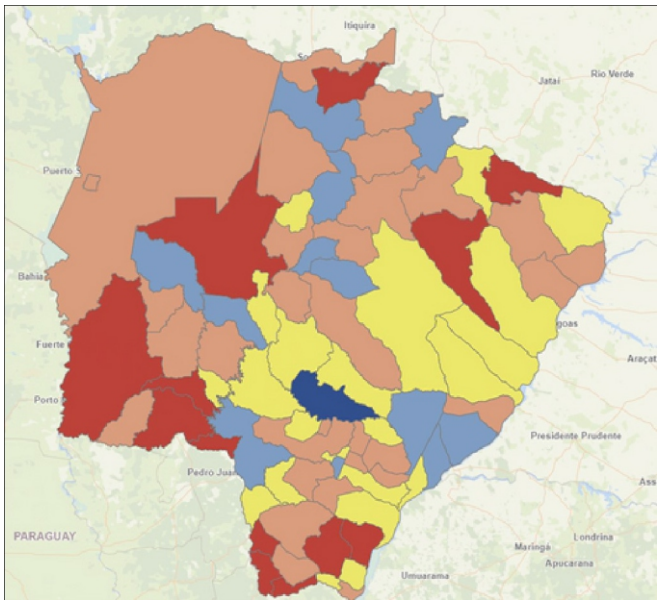
Fonte: adaptado de Conf. IPEA, 2015, p. 16.

A Vulnerabilidade Social no Mato Grosso do Sul

Ao longo de doze anos, a população de Mato Grosso do Sul cresceu 12,56% e passou de 2.449.024 pessoas para 2.756.700, segundo dados preliminares do Censo 2022. Esse crescimento populacional aliado ao fato do estado ser rico em recursos naturais, diversidade cultural e com grande destaque na agropecuária apresenta uma realidade complexa em termos de vulnerabilidade social tendo em vista que o índice de vulnerabilidade do estado é de 0,41 (alto), conforme indicado pela pesquisa. Os resultados revelam uma disparidade significativa entre os municípios do estado e um exemplo notável é o município de Rio Brilhante, que se destaca com um índice de vulnerabilidade muito baixo (0,19), possivelmente influenciado por políticas locais eficientes ao longo dos anos e boas condições socioeconômicas.

Entretanto, a situação é desafiadora em outros lugares, especialmente em Sete Quedas, que registra o pior índice, alcançando 0,59, caracterizando uma vulnerabilidade muito alta. Ao analisar os municípios por mesorregiões, percebe-se que a distribuição dos índices é heterogênea, sugerindo variações significativas nas condições socioeconômicas e estruturais. No entanto, a correlação entre as mesorregiões do estado de Mato Grosso do Sul não é clara, indicando que fatores locais têm um papel crucial na determinação dos níveis de vulnerabilidade. Essa constatação destaca a importância de abordagens específicas para cada região, considerando as peculiaridades locais para efetivas intervenções sociais.

Figura 4 - Índice de Vulnerabilidade Social de Mato Grosso do Sul



Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

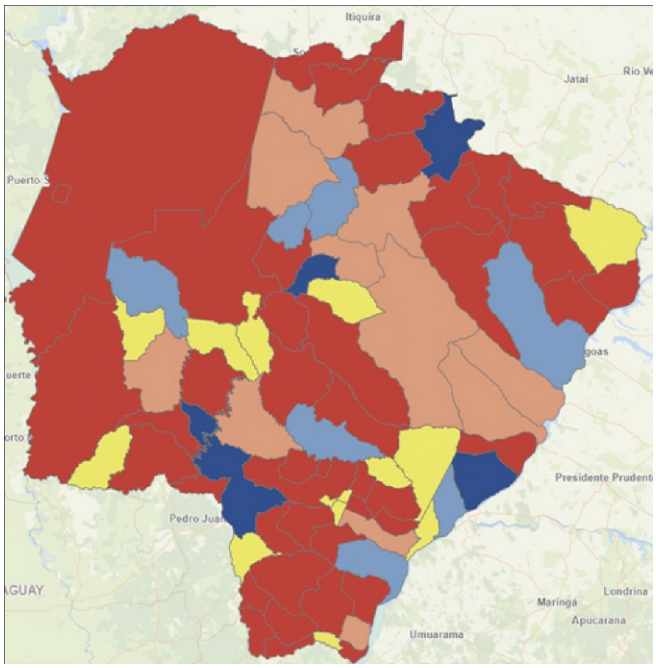
A lista dos municípios com os respectivos índices aponta para um desafio significativo em grande parte do estado. Dez municípios têm um índice de vulnerabilidade baixo, 23 (vinte e três) apresentam índice médio, 31 (trinta e um) enfrentam índice alto e 14 (quatorze) estão classificados com um índice muito alto. Com esta apuração ressalta-se a necessidade urgente de políticas públicas integradas, direcionadas a melhorar as condições socioeconômicas, de saúde e educação, visando reduzir a vulnerabilidade social em Mato Grosso do Sul.

IVS Infraestrutura Urbana

A dimensão da estrutura urbana em Mato Grosso do Sul, evidenciada pelo índice de vulnerabilidade social de 0,53, reflete uma

situação preocupante, classificada como vulnerabilidade muito alta de acordo com a metodologia de normalização do IPEA. Os resultados revelam que 23% da população enfrenta condições inadequadas de água e esgotamento sanitário, um índice considerado alto, sinalizando desafios significativos no acesso a serviços essenciais de saneamento. Além disso, a ausência de coleta de lixo afeta 23% dos habitantes, um indicador classificado como médio, destacando a necessidade de melhorias na gestão de resíduos para preservar o meio ambiente e a saúde pública.

Figura 5 - IVS Estrutura Urbana de Mato Grosso do Sul



Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

A análise da estrutura urbana também aponta que 11% da população com renda inferior a meio salário mínimo enfrenta um tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora, uma categoria considerada muito alta no índice de vulnerabilidade. A distribuição desigual desses indicadores reflete-se nos municípios do estado, onde apenas 5 (cinco) alcançam um índice de vulnerabilidade muito baixo, enquanto 43 (quarenta e três) enfrentam uma vulnerabilidade muito alta. A lista revela desafios significativos em cidades como Ivinhema, Chapadão do Sul, Bela Vista, Juti, e Amambai, destacando a urgência de estratégias específicas para abordar as lacunas na estrutura urbana e melhorar as condições de vida dessas comunidades.

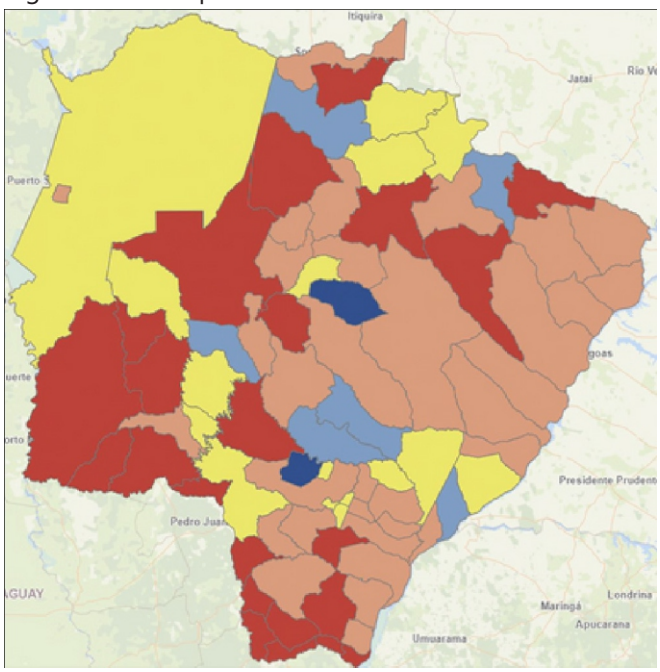
IVS Capital Humano

Já na dimensão de Capital Humano, o IVS do estado foi apurado em 0,44, considerada alta vulnerabilidade. São 25 (vinte e cinco) municípios em situação muito alta, 35 (trinta e cinco) com valor alto, 14 (quatorze) municípios em situação baixa e apenas 5 (cinco) em situação muito baixa. Nesta dimensão, percebe-se um alto valor de mães chefes de família, e de gravidez precoce que correspondem a 27,2% e 10,9%, respectivamente. O índice de 9,6% de evasão escolar em idades de 6 a 14 anos, considerado alto, também representa um alerta para a análise da correlação entre esses valores.

A evasão escolar de 0 a 5 anos foi apurada em 39,8%, um percentual alto demonstrando a necessidade de ações para promover a mitigação do problema de crianças fora de creches e centros de educação infantil. A vulnerabilidade entre os jovens foi aponta-

da como valor médio, com índice de 11,7%, enquanto a taxa de analfabetismo foi considerada baixa, com valor de 6,7%. No mapa de capital humano, mesmo com valor alto, foi possível constatar que 32,4% das famílias possuem chefes de família com baixa escolaridade, índice muito baixo para os parâmetros e um índice de mortalidade infantil de vulnerabilidade muito baixa, com valor de 1,4% somente.

Figura 6 - IVS Capital Humano de Mato Grosso do Sul



Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

O destaque vai para o município de Jaraguari apresentando o menor índice de vulnerabilidade nesta dimensão, 0,229 e o mais vulnerável é Rio Verde de Mato Grosso, com índice 0,687. As percepções, portanto, de ações e políticas públicas voltadas para os itens da dimensão Capital Humano fazem-se necessárias e urgentes, com o olhar frequente da melhoria de bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos sul-mato-grossenses.

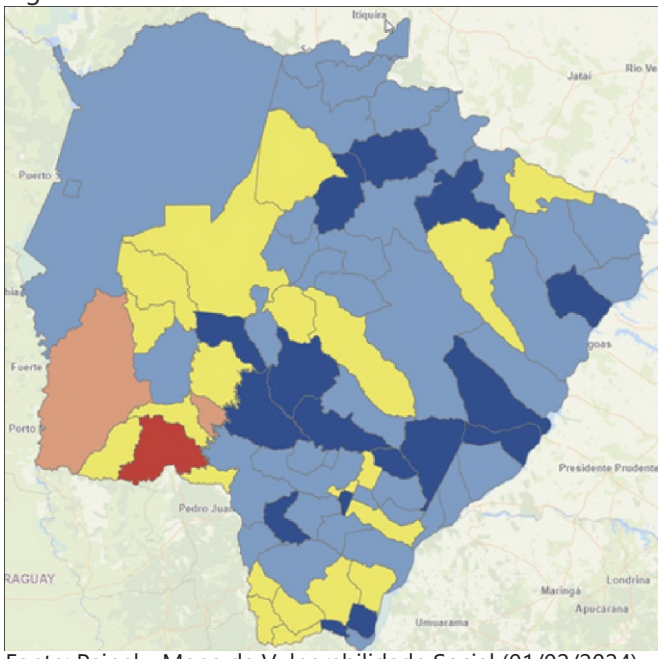
IVS Renda e Trabalho

A dimensão de renda e trabalho no índice de vulnerabilidade social em Mato Grosso do Sul apresenta um panorama variado, com um índice de 0,27, indicando baixa vulnerabilidade no estado, conforme a metodologia de normalização do IPEA. No entanto, ao analisar os resultados específicos, percebe-se que 48% da população declarou possuir renda per capita inferior a meio salário mínimo, um índice de vulnerabilidade considerado alto pela metodologia do IPEA. Apesar disso, apenas 2% da população está desocupada, classificada como vulnerabilidade muito baixa, e apenas 1% dos chefes de família possui ensino fundamental incompleto, também considerado uma vulnerabilidade muito baixa.

A distribuição dos indicadores por municípios revela uma heterogeneidade significativa, 17 (dezessete) municípios possuem um índice de vulnerabilidade muito baixo, enquanto 39 (trinta e nove) apresentam um índice baixo, 20 (vinte) municípios estão classificados com índice médio, 2 (dois) com índice alto e 1 (um) com índice muito alto. Destaca-se que Bela Vista é o único município com índice de vulnerabilidade muito alto nessa dimensão.

A lista dos municípios e seus respectivos índices de vulnerabilidade social demonstra a necessidade de políticas públicas específicas para enfrentar os desafios econômicos e educacionais em cada

Figura 7 - IVS Renda e Trabalho de Mato Grosso do Sul



Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

região. Mesmo com um índice geral considerado baixo, é crucial abordar as disparidades existentes para promover o desenvolvimento sustentável e equitativo em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

Mesorregião Centro-Norte

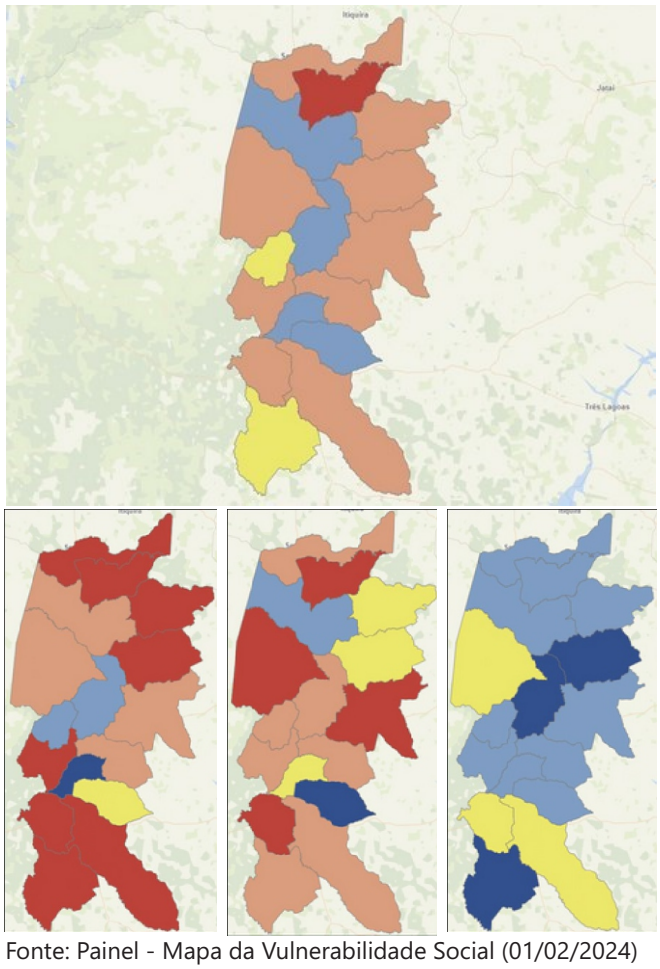
A mesorregião Centro-Norte, composta pelos municípios por Alcinópolis, Bandeirantes, Camapuã, Campo Grande, Coxim, Corguinho, Figueirão, Jaraguari, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Sonora e Terenos, apresenta um IVS de média vulnerabilidade com 0,45. Embora na mesma faixa de Mato Grosso do Sul, a região fica acima do IVS do estado (0,41), sendo que a dimensão de Renda e Trabalho com valor de 0,34 apresentando média vulnerabilidade, enquanto o estado está classificado como baixa vulnerabilidade.

Evidencia-se que, cerca de 56,25% dos municípios presentes nessa região encontram-se em vulnerabilidade alta ou muito alta, destacando Pedro Gomes, único município com vulnerabilidade muito alta.

Já os municípios de Campo Grande, Rio Verde de Mato Grosso e Terenos chamam atenção pela média vulnerabilidade na dimensão de Renda e Trabalho, diferenciando dos demais municípios dessa região que se encontram na faixa de baixa ou muito baixa vulnerabilidade.

Sobressaem Coxim, São Gabriel do Oeste, Rochedo e Jaraguari, com baixa vulnerabili-

Figura 8 - IVS Geral, IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, respectivamente, da Mesorregião Centro-Norte



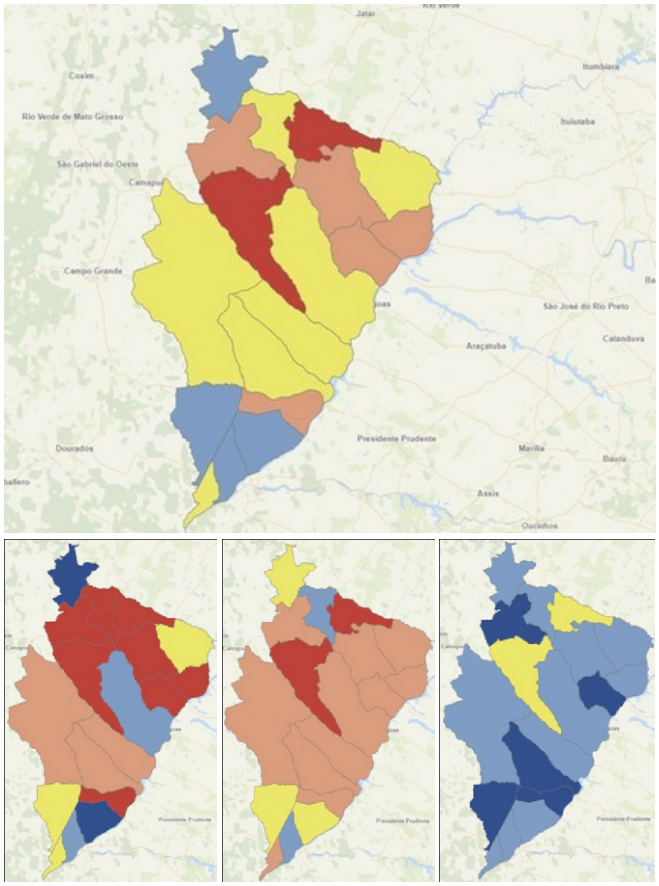
Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

dade, especialmente Coxim e Rochedo por serem os únicos que não possuem classificação alta ou muito alta em nenhuma dimensão.

Mesorregião Leste

Formada pelos municípios de Água Clara, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Nova Andradina, Paraíso das Águas, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Taquarussu e Três Lagoas, a região leste apresenta média vulnerabilidade com valor de 0,37. Situação mais favorável que a média do estado, sobretudo na dimensão de Estrutura Urbana, única que apresenta valor diferente de 0,41.

Figura 9 - IVS Geral, IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, respectivamente, da Mesorregião Leste



Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

Distintamente da região Centro-Norte, essa região tem seus municípios com maior grau de variabilidade entre as classificações da vulnerabilidade geral, sendo 38,9% em vulnerabilidade alta ou muito alta, 38,9% em vulnerabilidade média e 22,2% em vulnerabilidade baixa.

Água Clara e Cassilândia distinguem-se pelo índice e subíndices com maiores vulnerabilidades que o restante da região. Por outro lado, Anaurilândia, Batayporã, Costa Rica e Nova Andradina chamam atenção por apresentarem valores melhores que os demais municípios.

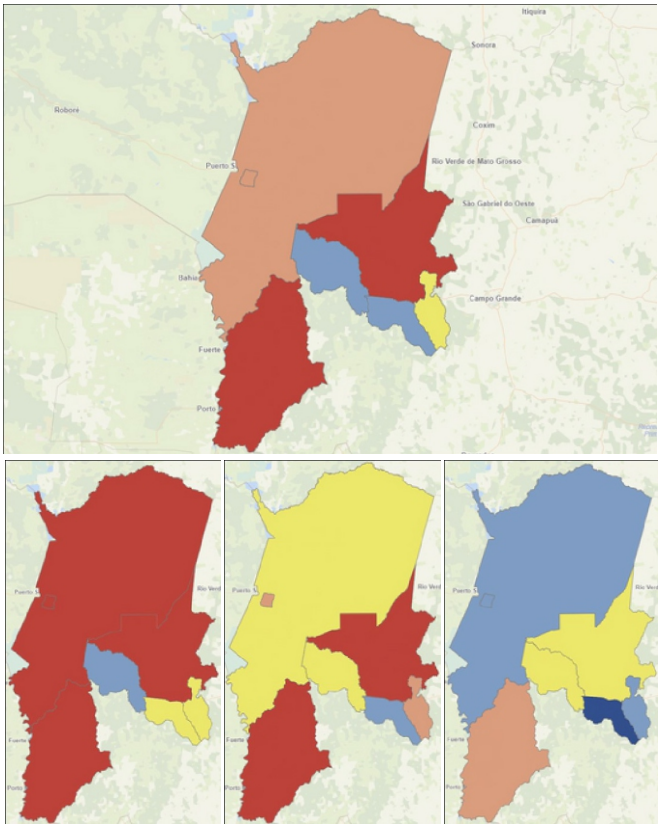
Mesorregião do Pantanal

A mesorregião do Pantanal, integrada pelos municípios de Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Ladário, Miranda e Porto Murtinho, encontra-se em alta vulnerabilidade, mesma faixa do estado, porém com valor superior: 0,44.

Do total da mesorregião, 57,1% dos municípios encontram-se na classificação de alta ou muito alta vulnerabilidade. A única dimensão que apresenta valores mais favoráveis que o estadual é o IVS - Capital Humano.

O município de Porto Murtinho destoa-se dos demais, por apresentar vulnerabilidade alta ou muito alta em todas as dimensões e,

Figura 10 - IVS Geral, IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, respectivamente, da Mesorregião do Pantanal



Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

em contrapartida, Anastácio destaca-se por ser o único com muito baixa vulnerabilidade na dimensão de Renda e Trabalho e baixa no subíndice de Capital Humano.

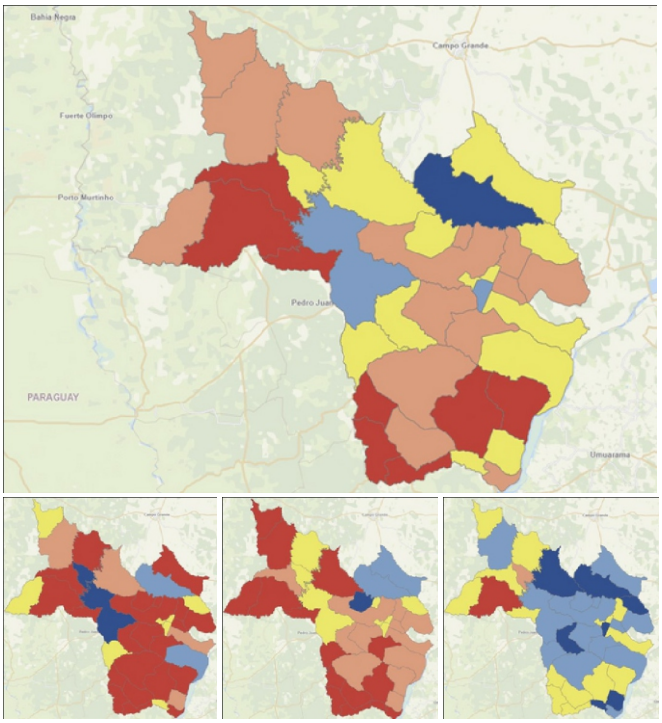
Mesorregião Sudoeste

Por fim, a mesorregião Sudoeste, que é composta por Amambai, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caarapó, Caracol, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaquiraí, Itaporã, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sete Quedas, Tacuru e Vicentina, apresenta vulnerabilidade muito alta, com 0,35 no índice.

A região está apenas 0,06 mais favorável em relação à situação estadual. Nas dimensões está classificada como: Muito Alta com índice de 0,51 em Estrutura Urbana, Alta com índice de 0,44 em Capital Humano e baixa com índice de 0,29 em Renda e Trabalho.

A cidade de Bela Vista apresenta vulnerabilidade muito alta em todas as dimensões, já Rio Brilhante mostra os resultados mais favoráveis, sendo baixa ou muito baixa vulnerabilidade em todas as dimensões em relação aos municípios dessa região.

Figura 11 - IVS Geral, IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, respectivamente, da Mesorregião Sudoeste



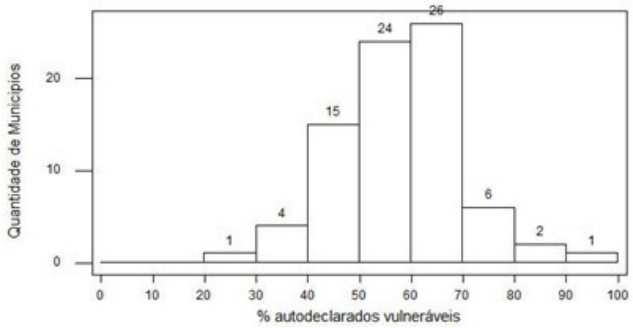
Fonte: Painel - Mapa da Vulnerabilidade Social (01/02/2024)

Ivs, Gastos e Capacidade Instalada da Assistência Social

Veremos agora a relação entre a vulnerabilidade social[4], medida pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) a partir da pesquisa socioassistencial, e o percentual das pessoas autodeclaradas vulneráveis nos municípios de Mato Grosso do Sul, isto é, aquelas que estão registradas no CadÚnico do Governo Federal dividido pela população registrada no IBGE no Censo de 2022, bem como a cobertura dos Programas de transferência de renda: Mais Social-MS (Estadual), Bolsa Família-BF (Federal) e o Benefício de Prestação Continuada-BPC (Federal). Também verificaremos se nossa capacidade de atendimento, medida pela taxa de servidores por 100 mil habitantes, está associada à vulnerabilidade social medida pelo IVS.

No gráfico, a seguir, podemos ver que basicamente temos uma concentração de municípios (65 dos 79 municípios, 82%) com população autodeclarada vulnerável entre 40% e 70% da população do município. E temos um município, Coronel Sapucaia, com 93,6% de sua população autodeclarada vulnerável. A seguir, apresentamos um resumo descritivo desta população nos diversos municípios que compõem o Estado.

Figura 12 - Distribuição dos municípios de Mato Grosso do Sul do percentual da população autodeclarada vulnerável



Fonte: Censo do IBGE2022 e CADÚNICO2023

Podemos verificar que metade dos municípios do Estado (mediana) tem mais que a metade (57.4%) da sua população registrada no CADÚNICO, ou seja, autodeclarada vulnerável.

Assim, vale a pena verificar qual é o comportamento da nossa cobertura de atendimento desta vulnerabilidade autodeclarada. Apresentamos abaixo nossa cobertura de atendimento via os programas Mais Social (Estadual), Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (Federais), medida pelo quociente entre o número de beneficiários nos três programas e a população cadastrada no CADÚNICO.

Quadro 4: Resumo descritivo da distribuição dos municípios de Mato Grosso do Sul segundo a população autodeclarada vulnerável (%pav)

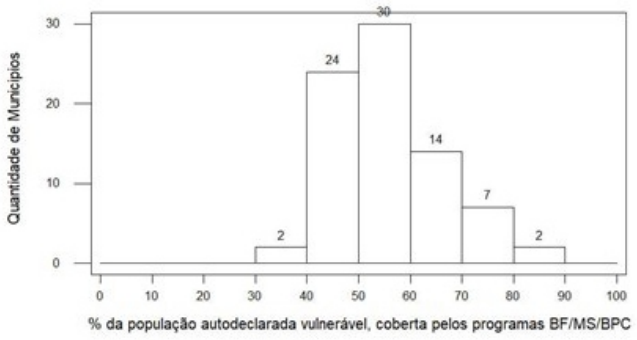
Números de municípios	Porcentagem da população autodeclarada vulnerável nos municípios de Mato Grosso do Sul					
	Média	Mediana	1º Quartil	3º Quartil	Mínimo	Máximo
79	57,8%	57,4%	49,7%	67,0%	25,2%	93,6%

Fonte: Censo do IBGE2022 e CADÚNICO2023

[4] Para fins deste estudo, consideramos como vulnerabilidade social as famílias cuja renda per capita é de até ½ salário mínimo, conforme o parâmetro do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome do Governo Federal.

Vemos no gráfico abaixo que 67% dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul (53 dos 79) tem cobertura pelos programas sociais superior a 50% da população autodeclarada vulnerável. A seguir, apresentamos um resumo descritivo da cobertura destes programas nos municípios do estado.

Figura 13 - Distribuição dos municípios de Mato Grosso do Sul do percentual da população autodeclarada vulnerável coberta pelos Programas Bolsa Família/ Mais Social/Benefício de Prestação Continuada



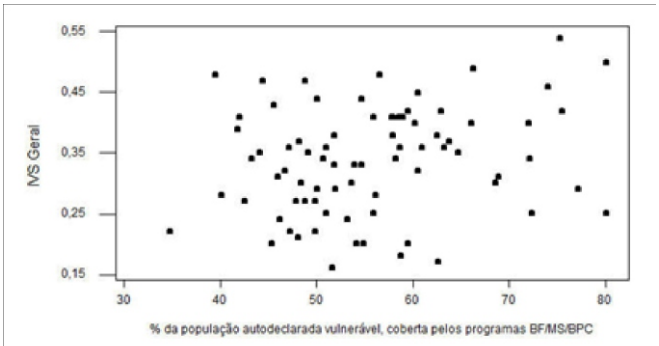
Fonte: CADÚNICO2023

Podemos verificar que, em média, 55.8% da população autodeclarada vulnerável nos municípios de Mato Grosso do Sul tem sido atendida pelos programas Bolsa Família/Mais Social/Benefício de Prestação Continuada. O valor médio transferido para as famílias no ano de 2023 por estes programas foi de R$ 358,33 (Trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

Vejamos o comportamento do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e uma possível associação com a cobertura destes programas nos municípios de Mato Grosso do Sul. Para isso apresentamos a seguir o diagrama de dispersão do IVS e o percentual de cobertura destes programas, bem como, sua correlação linear medida pelo coeficiente de correlação linear de Pearson.

Como os pontos na figura abaixo não tem um comportamento específico, do tipo, quanto mais aumenta a cobertura, menor ou maior é a vulnerabilidade medida pelo IVS, evidenciada pelo baixo coeficiente de correlação linear de Pearson (r = 0.23; p-valor = 0.04), podemos afirmar que estamos atendendo a população vulnerável de uma maneira **uniforme no Estado**, sem uma política de prioridade – o que poderíamos incluir: sem uma opção pela focalização nas ações de atendimento à esta população.

Figura14 - Diagrama de Dispersão do IVS e do % da população autodeclarada vulnerável, coberta pelos programas BF/MS/BPC



Fonte: Dados da pesquisa socioassistencial

Este fato também aparece quando analisamos a associação entre a capacidade de atendimento, medida pela taxa de servidores da SEAD por 100 mil habitantes e o IVS, apresentou baixíssima correlação (r = 0.07; p-valor = 0.54). Em que pese, neste caso, é importante lembrar que o Sistema Único da Assistência Social – SUAS foi desenhado para que, prioritariamente, o município – via CRAS, CREAS... – execute os programas,

projetos e serviços da Assistência Social, não cabendo, portanto, ao executivo estadual a execução direta.

Esta primeira análise, com grandes números, de uma maneira bem macro, sugere que nossos programas de Assistência Social nos municípios do Estado têm, apesar de altíssimos percentuais de cobertura, funcionado de maneira uniforme, sem priorização/focalização, evidenciada pelo IVS que calculamos em nossa pesquisa.

Considerações Finais

Diante da análise abrangente das dimensões de estrutura urbana, capital humano, renda e trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, é possível concluir que a vulnerabilidade social se manifesta de maneira multifacetada, demandando intervenções específicas e direcionadas para enfrentar os desafios apresentados. A dimensão da estrutura urbana revela uma preocupante deficiência no acesso a serviços essenciais de saneamento, destacando a necessidade urgente de melhorias na gestão de resíduos para preservar o meio ambiente e a saúde pública.

No âmbito do capital humano, os índices alarmantes de mães chefes de família, gravidez precoce e evasão escolar, especialmente entre crianças de 0 a 5 anos, ressaltam a urgência de ações focalizadas para promover a inclusão e a educação desde os primeiros anos de vida. A presença de pessoas responsáveis pela unidade familiar com baixa escolaridade, indica a necessidade de estratégias para elevar o nível educacional dos mesmos.

Na dimensão de renda e trabalho, embora o índice geral de vulnerabilidade seja baixo, a expressiva porcentagem da população com renda per capita inferior a meio salário mínimo destaca a desigualdade econômica existente. A baixa taxa de desocupação e a mínima porcentagem de pessoas responsáveis pela unidade familiar com ensino fundamental incompleto sugerem uma estabilidade no mercado de trabalho, mas a ênfase deve ser dada à melhoria da renda da população mais vulnerável.

A constatação de que programas sociais como Bolsa Família, Mais Social e Benefício de Prestação Continuada têm alcançado significativa cobertura, embora com valores médios transferidos, ressalta a importância desses programas. Contudo, a uniformidade na abordagem, conforme evidenciada pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), sugere a necessidade de uma revisão na focalização e priorização desses recursos, a fim de maximizar seu impacto na redução da vulnerabilidade social nos municípios de Mato Grosso do Sul. Em resumo, a complexidade desses desafios exige estratégias integradas e direcionadas para promover uma transformação significativa no panorama social do estado.

Por fim, destaca-se a importância da realização da Pesquisa Socioassistencial, uma vez que esta nos permite analisar de forma regionalizada as situações complexas mencionadas direcionando nossos esforços, em parcerias com os municípios, para avançarmos na superação da vulnerabilidade social em nosso estado.

Mensagem Final

Esta Pesquisa nasceu de um sonho que resultou no trabalho de várias madrugadas e mobilização de todos os agentes envolvidos, que foram acreditando que a mudança é possível. “Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só; mas, sonho que se sonha junto é realidade”.

Superar a pobreza e as situações de vulnerabilidades que afligem a população do nosso país não é uma preocupação de hoje. E, em nosso Estado, o desafio é o mesmo do Brasil. Importante destacar que Mato Grosso do Sul tem, pela primeira vez em sua história, a oportunidade de fazer a diferença.

A busca por “não deixar ninguém para trás” é justamente para garantir vida digna, direitos humanos e crescimento sustentável para a população mais vulnerabilizada. Entretanto, precisamos saber, com a maior precisão possível, onde estão aqueles que mais precisam de apoio para superar tal condição. Precisamos conhecer de perto sua realidade, suas potencialidades, suas preocupações, os desafios que enfrentam – tirá-los da invisibilidade e passar a fazer política pública com endereço certo, para quem realmente precisa, com gestão e resultados e adquirir o hábito de revisitar nossas ações, avalia-las, mensurá-las e corrigir rotas, até que consigamos, de fato, resolver problemas e superar desafios. Este trabalho começou em 2023, com a realização desta Pesquisa Socioassistencial e a construção do Mapa da Vulnerabilidade de Mato Grosso do Sul.

Este primeiro produto é apenas o início de um grande processo. Há muito o que extrair destes resultados, não apenas na área da Assistência Social e Direitos Humanos, como em outras áreas da gestão pública – Educação, Saúde, Habitação, Infraestrutura e Trabalho – fundamentais para a tão sonhada superação da pobreza e das vulnerabilidades que assolam, ainda, milhares de famílias sul-matogrossenses.

Campo Grande/MS, fevereiro de 2024.

PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA
Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

Currículo lattes

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS/Editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015. Disponível: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acessado em: janeiro, 2024.

PROWSE, Martin. Towards a clearer understanding of 'vulnerability' in relation to chronic poverty. Oxford: University of Manchester, 2003.

SEN, Amartya. Democracy and social justice. In: IQBAL, Farrukh; YOU, Jong-il (Ed.). Democracy, market economics and development: an Asian perspective. Washington: World Bank, 2001.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

www.sead.ms.gov.br

SEGEM
Secretaria Executiva
de Gestão Estratégica
e Municipaliso

SEGOV
Secretaria de Estado
de Governo e
Gestão Estratégica

SEAS
Secretaria Executiva
de Assistência Social

SEAD
Secretaria de Estado
de Assistência Social e
dos Direitos Humanos

GOVERNO DE
Mato
Grosso
do Sul